

Universidade do Porto
Faculdade de Letras

A
C
o
n
s
t
r
u
ç
ã
o
d
o
E
s
t
a
d
o
S
o
c
i
a
l

1985

Saúde

Educação

1975

Agricultura

1985

d
e
C
a
b
o
V
e
r
d
e

1985

Abril 2010

Universidade do Porto
Faculdade de Letras

**ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DO “ESTADO – SOCIAL”
DE CABO VERDE**
(Análise da Imprensa entre 1975 e 1985)

**Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do
Porto – Centro de Estudos Africanos – sob orientação do Doutor Maciel Santos**

Marília Emília Lima Barros

Mindelo, Abril de 2010

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Eduardo com todo o meu amor.

À memória do meu pai e à minha mãe

Agradecimentos

Ao Doutor Maciel Santos pela orientação, pela amizade e pelo apoio que sempre me dedicou.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela oportunidade que me deu fazer essa formação

À Rádio Nacional de Cabo Verde - Estúdio do Mindelo -, e aos Irmãos Capuchinhos pelo apoio na aquisição de grande parte da documentação necessário à realização deste trabalho

Aos meus amigos Amiro Faria e Germano Almeida que me disponibilizaram informações e bibliografia importante que constituíram uma mais-valia.

Ao Doutor Irineu Gomes, ao Comandante Olívio Pires, ao Dr. Rosário, Dr. Valdemiro Martins, Dr. Antero Coelho e ao Sr. Samuel Lima pelas conversas muito proveitosas e pelas informações

À minha família – minha mãe e meu filho – pela força que sempre me deram, pela compreensão e por terem, sempre, acreditado em mim.

Ao amigo Jorge Brito, pelo apoio final na formatação do trabalho e inserção de dados e criação da capa.

À todos meu muito obrigado

“...de nada serve a Independência, a liberdade, se não é acompanhada de condições que propiciem aos cidadãos a possibilidade real de dela tirarem proveito. E essas condições - que são tanto de natureza política, jurídica, como económica, social e cultural, pressupõem a continuação da luta. As democracias constroem-se todos os dias e todos os dias devem ser aperfeiçoadas.”

*Aristides Maria Pereira,
Primeiro Presidente República de Cabo Verde (1975/90)*

“ A nossa vitória tem sido a nossa vontade de fazer as coisas superando os meios materiais de que dispomos”

*João Pereira Silva, 1982
Ministro do Desenvolvimento Rural*

RESUMO

A Independência é o marco mais importante na História de Cabo Verde. É um ponto de viragem que põe fim a um longo período de colonização e dá início a um novo ciclo para o povo das ilhas.

Os dez primeiros anos de Independência – 1975/1985 – foram fundamentais na edificação do Estado. Vão ser lançadas as bases que, ainda hoje, são os pilares para toda a vida política, social, económica e cultural do território.

O PAIGC, partido que durante anos lutou pela descolonização, formou Governo e aceitou o desafio de construir o Estado de Cabo Verde. Essa tarefa não foi fácil tendo em conta todas as limitações e os constrangimentos que existiam, como a grande irregularidade das chuvas (sendo a agricultura a principal actividade económica, ela absorvia mais de metade da população), a precariedade de infra-estruturas capazes de responder às demandas e às necessidades básicas das populações, principalmente no meio rural, em termos socioeconómicos, as carências eram muitas.

Em todas essas áreas verifica-se um trabalho árduo e sério. O Governo vai agir em todas as frentes numa acção bem integrada e coordenada, estabelecendo as prioridades do Estado e das populações de modo a proporcionar a satisfação das necessidades básicas. Com esse espírito de Missão e uma forte determinação política, Cabo Verde começa a dar os primeiros passos em direcção ao desenvolvimento.

O Governo nunca esteve só nessa caminhada. Desde sempre pôde contar com a parceria e o apoio de vários países amigos e ainda de organizações e instituições internacionais, destacando-se entre elas a Organização das Nações Unidas.

Nesta dissertação, o que se pretende é fazer uma abordagem da Construção do “Estado - Social” do país, realçando algumas vitórias conseguidas neste período. O objectivo é de caracterizar as acções e as políticas sociais mais importantes do Governo em sectores como a Educação, a Saúde e o Reordenamento Agrário. Foram feitas reformas muito significativas nessas áreas.

Este período da história de Cabo Verde não se encontra ainda muito trabalhado. Há muito por fazer. As informações que existem estão muito dispersas e não são de fácil acesso. Assim, ao invés de escolher um tema para problematizar uma tese, a opção foi de pesquisar e seleccionar informações, quer através da imprensa da época, quer através de entrevistas e conversas com autoridades e cidadãos que participaram activamente na edificação do País, de modo a caracterizar esse período.

Palavras – Chave

Agricultura, Cabo Verde, Construção, Desafios, Independência, Social, Reformas, Saúde, Educação, Leis, PAIGC, PAICV, Governo, Estado.

Abstract

The *Independence* is the most important mark in the History of Cape Verde. It is the turning point that puts an ending to a long period of colonization, and brings a new beginning to a new cycle for the people of these islands.

The first ten years of Independence – 1975/1985 – were crucial for the building of the new-born nation. It was laid the foundations which, until today, are the basis for all the political, social, economical and cultural life of the country.

The PAIGC, political party that for years fought for the decolonization of the territory, set government and accepted the challenge of building the Capeverdean Republic. This was not an easy task having into consideration all the limitations and constraints that existed such as the irregularity of the rain (being agriculture the main economical activity it absorbed more than half the population), the deficient infra-structures which were not able to satisfy the demands and basic needs of the people, especially in the rural areas, so, socio-economically speaking, the needs were many.

In all areas a hard and serious work was set up. The Government started working in all sectors of life, in a well integrated and coordinated joint-force, defining priorities both for the State and for the people, seeking solutions for the basic needs of the population. With a spirit of mission and a very strong political determination, Cape Verde started the first steps towards development.

But the Government was never alone in this difficult task. From the very beginning it could count with the help and the partnership of several friendly nations and also with the help of several international organizations and institutions, among which was the United Nations Organization.

In this dissertation, the objective is to make an overview of the “Social – Situation” of the country, emphasizing some of the victories of that period. The aim is to characterize the most important actions and social policies of the Government in sectors like Education, Health, and Agrarian Reordering because significant reforms were then made in these areas.

This period of the Capeverdean history is not investigated yet. There is still much to be done. The information that exists is very scattered and not easy to reach. Thus, instead of choosing a topic to formulate hypothesis about, the option was to investigate and select information either through the press of that time, or through interviews and conversations with authorities and citizens who participated actively in the building of the Nation, so as to characterize this period.

Siglas

ANP – Assembleia Nacional Popular

BAD – Banco africano de Desenvolvimento

BIT – Bureau Internacional du Travail

CENFA – Centro de Formação administrativa

CNCV - Concelho Nacional de Luta

CSL – Conselho Superior de Luta

DASE – Departamento de Acção Social Escolar

DEEE - Departamento de Educação Extra Escolar

FAO – Organismo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

JAAC - Juventude Africana Amílcar Cabral

MAAS – Ministério da Saúde e assuntos Sociais

MDRP – Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas

MEC – Ministério da Saúde e Cultura

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONUDI – Organização das Nações Unidas para Industria

OPAD – Organização dos Pioneiros Abel Djassi

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PAM – Programa Alimentar Mundial

PIB – Produto Interno Bruto

PMI-PF - Programa Materno Infantil – Planeamento e Familiar

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO – United Nations Education Science and Culture Organization

UNTC-CS – União Nacional dos Trabalhadores Cabo-Verdianos – Central Sindical

INDICE

1.	Introdução	9
2.	Caracterização Geral de Cabo Verde	15
2.1	Situação Geográfica	15
2.2	Geografia do Arquipélago	15
2.3	A Administração Interna e política do Território	16
2.3.1	- Os Órgãos de Soberania.....	18
3.	Estruturação do Estado.....	22
4.	As Políticas Sociais do Estado	26
4.1	A situação Económica do País no período da Independência	26
4.2	A Unidade Guiné - Cabo Verde	30
4.3	A Reestruturação do Sistema Agrário.....	33
5.	A política educativa.....	43
5.1	Principais constrangimentos - no período pós independência.....	43
5.1.1	Levantamento dos principais problemas	47
5.2	Programa Nacional das Cantinas Escolares	50
5.3	A Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário - EFPES.....	52
5.4	Rádio Educativa: um meio de formação para o desenvolvimento	53
5.5	O Ensino Pré-Escolar	55
5.6	A Formação Técnica e Profissional.....	57
5.7	A Capacitação de Quadros	59
5.8	A luta contra o analfabetismo continua.....	62
6.	A Política de Situação de Saúde em Cabo Verde.....	65
6.1	Análise do Sistema de Saúde	65
6.2	O Crescimento Demográfico.....	67
6.3	A Mortalidade – Uma questão de Saúde Pública	67

6.4	A Política de Saúde do Governo	69
6.5	A Formação e Qualificação de Quadros.....	73
6.6	Protecção Materno-Infantil e Planeamento Familiar.....	76
6.7	Infra-estruturas de saúde - uma necessidade sempre.....	79
6.8	Os novos desafios para a Saúde - 1980/85	82
7.	Conclusões	89
8.	ANEXOS.....	91
9.	Bibliografia	100

1. Introdução

Com a efectivação da Independência era chegada a hora de se pôr em prática os ideais de Liberdade, Justiça Social, Igualdade, que sempre nortearam o PAIGC, Partido que assume o poder, e vai ter a pesada mas desafiante missão de construir um Cabo Verde diferente.

A todos os níveis – político, social, jurídico, económico - os desafios eram enormes porém o Partido aceitou essa tarefa que vai cumprir com algum mérito.

Em termos políticos, a primeira preocupação foi de elaborar uma Lei fundamental que definisse o poder e regulasse o seu exercício, que materializasse o propósito de se proceder com legalidade e de fundar um *Estado de Direito*.

Embora tivesse sido prevista a elaboração da Constituição no prazo de três meses¹ após a tomada do poder a verdade é que essa lei não poderia ser redigida sobre os joelhos. Assim, para justificar a Independência, publicou-se a Lei da Organização Política do Estado – LOPE- que desempenhou, interinamente, o papel de Carta Magna.

A LOPE compunha-se de vinte e três artigos.² Assentava a sua legitimidade na vontade popular expressa nas eleições de 30 de Junho do mesmo ano, em que foi eleito a Assembleia Nacional Popular, sede de todo o Poder do Estado. A Assembleia elegia o Presidente da República (art.º 8) e, por proposta deste, o Primeiro Ministro (art.º13). Os Ministros eram nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Governo.

A lei abrangia os principais órgãos de soberania – Assembleia Nacional Popular, Presidente, Governo e Tribunais – e estabelecia os poderes fundamentais de cada um deles.

Quanto aos direitos fundamentais dos cidadãos, a única referência era o artigo 21º que dizia respeito ao “ *direito de defesa ao arguido e ao acusado*”

¹ Assembleia Nacional Popular, Lei sobre a Organização Política do Estado, art. 2º - 1

² Ver anexo 1

Contudo não deixou de ser um documento importante para o arranque da nova administração cujas preocupações quanto à Educação, Saúde e Agricultura, onde se elaboraram reformas profundas, este trabalho pretende abordar e destacar as realizações mais importantes.

A educação incidia mais no estudo da realidade da metrópole. Os compêndios, tanto do lado humanístico como do científico versavam matérias nem sempre com interesse para os cabo-verdianos. Predominavam os detalhes da História, da Geografia, da fauna e da flora portuguesas, enquanto passavam em branco o estudo da realidade do território, o que conduzia a um desinteresse pela aprendizagem, pois muito do que se estudava não era observável no espaço envolvente.³

Além disso, as escolas, mesmo as do ensino primário, só atendiam a uma minoria de pessoas resultando numa elevada taxa de analfabetismo. As secundárias, não ultrapassavam o número de quatro – três em S. Vicente e uma na Praia – a que só os mais abastados tinham acesso.

Com a Independência um dos grandes desafios consistia na democratização/massificação do ensino, tanto para as crianças em idade escolar como para os adultos que, quando crianças não tiveram tal oportunidade. No que dizia respeito aos programas foram introduzidas profundas e variadas reformas de modo a voltar os olhos dos educandos para a sua própria realidade.

A Saúde, por seu turno, tinha umas estruturas muito reduzidas face às necessidades. O Hospital de S. Vicente, por exemplo, hoje perante uma população pouco mais do que duas vezes que a de 1975, conta hoje com mais do que uma centena de médicos enquanto que, naquele ano, não passavam de quatro.⁴

As doenças endémicas, embora a existência de uma missão do Ministério do Ultramar para os seus estudos e combate, afectavam fracções importantes da população. É certo que essa missão teve o mérito de erradicar o paludismo que reapareceria depois da Independência. Todavia, outras doenças mantiveram-se e viriam a ser combatidas pelo Governo da República de Cabo Verde, apoiado pela Organização Mundial da Saúde e pela cooperação com países amigos.

³ *Informações conseguidas através de conversas muito proveitosas com Dr. Vladimir Martins e Sr. Samuel Lima*

⁴ *Entrevista concedida pelo Doutor Irineu Gomes, Dr. Pedro Rosário e Eng. Amiro Faria*

O Sector Agrícola, com uma estrutura do tipo feudal, pertencendo a terra a uma elite, principalmente na ilha de Santiago, não estava em condições de uma produção capaz do que resultava a necessidade de maiores importações em géneros alimentícios e uma desmotivação para o camponês que não chegava a ver a gratificação dos seus esforços. Tenha-se presente que os proprietários raras vezes trabalhavam no amanho das suas terras.⁵

Assim a decisão da reforma agrária, embora mal aceite por alguns cidadãos, era, de facto, necessária e urgente.

Face ao conhecimento destas situações este trabalho pretende dar um contributo para a elaboração de uma análise histórica de Cabo Verde. O respectivo período é um terreno ainda por explorar, existindo pouca informação sobre o assunto.

Perante a enorme escassez de fontes – principalmente escritas – adoptámos como metodologia de trabalho a pesquisa na imprensa da época que se resumia a dois jornais - o «Voz Di Povo» que um semanário público e era propriedade do Estado, enquanto que o «Terra Nova» é mensal, privado e pertence aos Irmãos Capuchinhos.

Convém sublinhar que as fontes escritas consultadas foram principalmente pró governamentais. Isto se explica que tendo em conta o regime político do período em estudo, grande parte das informações eram elaborados pelo Estado e pelo Governo.

Por outro lado encontrar documentação nos Ministérios e nas Direcções Gerais não é tarefa fácil tendo em conta que muita coisa se perdeu, e o que existe não está disponível pelo facto de não estar organizado.

Também foi possível entrevistar e conversar com entidades que viveram a época e que participaram activamente no processo de construção do Novo Estado. De entre eles destacam-se técnicos de saúde, com médicos, professores quer do ensino primário quer do secundário, advogados, antigos ministros, funcionários públicos entre outros.

Vivendo numa ilha, que não é a da capital onde está o Arquivo Histórico Nacional e os arquivos dos Ministérios, a Biblioteca Nacional, não foi fácil adquirir a documentação necessária a elaboração do trabalho. Essas razões justificam as limitações a análise das

⁵ B.O., 5 de Maio de 1982, 2º Suplemento, Lei nº 9 / 11/ 82

informações da imprensa Oficial e sempre que possível submetendo as informações à crítica de determinadas pontos de vista.

1.1 – A questão inicial

A questão inicial que se pretende encontrar resposta ao longo deste trabalho pode ser traduzida através da preocupação levantada pelo então Presidente da Republica, Aristides Pereira:

“ Soube o Governo do PAIGC corresponder às esperanças nele depositadas pelo Povo? Segue ou não o seu trabalho a via correcta para tirar Cabo Verde da Situação de dificuldade em que, ainda, se encontra?”

*Aristides Pereira
Outubro de 1980⁶*

Dando continuidade a ideia contida na questão acima citada este trabalho pretende também, ir além dos primeiros cinco anos. A questão inicial prolonga-se um pouco mais no tempo, até 1985, período em que se completa o primeiro decénio de governação enquanto país independente. Assim interrogações como: Quais foram, em termos sociais, a política do Governo nos primeiros anos de independência? Em que consiste as realizações mais marcantes desta época?

1.2 – As motivações da escolha do tema

Como Professora de Historia e tendo ao longo de vários anos leccionado sobre a Historia de Cabo Verde após a transição para a Independência, constatamos que há uma grande escassez de documentação sobre esse período do país. Sente-se alguma dificuldade em aprofundar alguns conteúdos. Assim se explica em parte essa curiosidade científica de conhecer melhor esse período e de obter mais informações.

Em segundo lugar sempre consideramos este período “mal tratado” por uma grande percentagem da população que pelo facto de se ter implementado um regime de mono partidarismo que fica-se com a ideia que nada se fez em prol do progresso e da construção de uma sociedade mais digna e igual para todos os cabo-verdianos.

⁶ PAIGC, *Reconstrução Nacional, Cinco Anos de Realizações, Caderno do Deputado, Número dois, Tomo III, 1ª pag.*

Por último também sendo uma época em que não há pesquisa é aliciante dar uma contribuição.

1.3 – Os Objectivos do Trabalho

Ao realizar este trabalho tivemos como principais objectivos o seguinte:

Objectivo Geral

- Caracterizar as políticas sociais da governação do PAIGC/CV em Cabo Verde entre 1975/ 1980

Objectivos Específicos:

- Conhecer como teve início a construção da sociedade cabo-verdiana nos primeiros anos de Independência
- Avaliar as vitórias, os ganhos conseguidos em Cabo Verde
- Colmatar uma lacuna que existe no material de trabalho dos professores do 12º Ano na disciplina de História

1.4 - A metodologia de pesquisa

Apesar de todos os constrangimentos e das limitações, esta dissertação pretende ser um contributo válido para a História do País. Ficou muito por fazer, mesmo sobre os assuntos tratados há outras perspectivas de abordagem e outras fontes as quais não foi possível ter acesso.

Mas, como afirma Pierre Salmon, na sua obra "História e Crítica" nas páginas 53 e 54 "O trabalho histórico vai dar à descoberta da verdade histórica, verdade parcial, frágil e relativa (...)" O autor deixa claro a ideia do relativismo na ciência histórica todavia também ela é objectiva tendo em conta em conta que a sua construção assenta-se na análise e interpretação de documentos.

A metodologia de pesquisa baseou-se em dois aspectos fundamentais:

- a) Análise das informações contidas na imprensa da época, mais precisamente dois jornais - Voz Di Povo e Terra Nova
- b) Entrevistas com cidadãos que estiveram presentes em Cabo Verde nesse período e que participaram como técnicos em áreas de saúde, educação e agricultura, na construção do "Estado-Social" do país.

1.5– Apresentação do trabalho

Os objectivos pretendidos influenciaram na estruturação do trabalho e na sua apresentação. Nesta base pode-se dizer que o trabalho está estruturado em duas partes.

A primeira faz uma análise, embora breve, da construção política baseando-se nas leis que existiam – primeiro a Lei da Organização Política do Estado – LOPE – e depois a Constituição de 1980.

A segunda parte consiste na apresentação do tema de modo mais directo. Nestes capítulos faz-se a caracterização dos aspectos sociais. Subdivide-se em três áreas distintas a saber:

- **A Reestruturação do Sistema Agrário** – aqui se pretende contextualizar a criação da Lei da Reforma Agrária e os seus efeitos nas diferentes ilhas
-
- **A Política Educativa** – O governo tinha a educação como um dos pilares fundamentais da construção social e sustentável do país. Onde há analfabetismo não há desenvolvimento. Neste capítulo vamos fazer uma identificação dos *principais entraves nessa área e conhecer como o Partido vai procurar gradualmente vencer as barreiras.*
-
- **A Política de Saúde** – *Neste capítulo vai se caracterizar a situação da saúde em Cabo Verde no ano da independência, ponderar sobre as dificuldades, identificar as causas principais da mortalidade e analisar as medidas tomadas no sentido de reverter essa situação e para isso a ajuda internacional vai ter fundamental pois como se conclui no trabalho sem ela nada do que se fez teria acontecido.*

2 Caracterização Geral de Cabo Verde

2.1 Situação Geográfica

O arquipélago de Cabo Verde situa-se a 450-500 Km do extremo ocidental do continente africano, distancia que separa a Ponta do Roque, na ilha da Boa Vista, do cabo que lhe deu o nome. De origem vulcânica, é formado por dez ilhas e oito ilhéus e localiza-se entre as latitudes de 17° 12` N (Ponta do Sol, ilha de Santo Antão) e 14° 48`N (Ponta de Nhô Martinho, na ilha Brava) e as longitudes de 22° 40` (ilhéu de Baluarte, na Boa Vista) e 25° 22` W (Ponta Magrade, ilha de Santo Antão).⁷

As ilhas encontram-se naturalmente divididas em dois grupos, designados segundo o regime dos ventos: norte ou Barlavento, formado por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista e o sul ou Sotavento, pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.

2.2 Geografia do Arquipélago

Cabo Verde caracteriza-se no geral por um relevo extremamente montanhoso, com cotas frequentemente ultrapassando os 1000 metros de altitude, que se contrapõem a vales profundamente escavados e igualmente inacessíveis a muitas actividades, mesmo de carácter agrícola. O ponto culminante encontra-se na ilha do Fogo (Pico com 2829 metros) em um vulcão cuja última erupção remonta a Abril de 1995. As ilhas mais próximas do continente africano – Sal, Boa Vista e Maio – são as primeiras a terem sido geologicamente formadas, razão por que são as mais planas, e devido à forte influência do deserto do Sara, apresentam muitas colinas arenosas.

⁷ Amaral, Ilídio, História Geral de Cabo Verde, Vol. I, 2ª Edição, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa,

O clima é quente e seco. Tradicionalmente a época das chuvas está compreendida entre os meses de Julho a Outubro. A pluviometria mostra que as precipitações anuais oscilam entre 250 a 350 mm.

Os solos, pouco profundos e de declive acentuados, oferecem reduzida capacidade de retenção, razão pela qual as águas das chuvas se perdem no mar, depois de fortemente terem contribuído para uma erosão cada vez mais acentuada. Os ventos que sopram quase constantemente sobre as ilhas participam também nesse trabalho erosivo dos solos em geral desprovidos de uma cobertura vegetal. Os recursos em água variam de ilha para ilha, sendo as mais férteis as ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Brava. As restantes são muito áridas.

Nas regiões mais secas a vegetação é rarefeita ou ausente, encontrando-se o sisal como espécie representativa, enquanto que nos vales férteis - denominadas ribeiras - encontra-se vegetação mais abundante e sobretudo diversas culturas.

As culturas fundamentais são o milho e o feijão. A produção desse cereal foi, nos primeiros anos da independência, de cerca de 30 000 toneladas, enquanto que o consumo já era da ordem de 69.000 toneladas. Nas terras irrigadas cultiva-se a batata-doce, mandioca, banana entre outras.

No entanto, convém desde já avançar que num país que pretensamente tinha a agricultura como sua actividade principal, a produção agrícola fornecia apenas 3% dos géneros de primeira necessidade consumidos, sendo todo o restante proveniente da importação. Os produtos alimentícios totalizam cerca de 55% do total das importações do País.⁸

2.3 A Administração Interna e política do Território

Embora o Estatuto Político e Administrativo de Cabo Verde, durante a administração portuguesa, preceituasse que a Província gozava de autonomia administrativa⁹, a administração, no período que antecedeu à independência, constituía uma máquina que conseguia uma subordinação técnica dos serviços provinciais às direcções gerais

⁸ *República de Cabo Verde, 5 anos de Independência – 1975/1980, Comissão do V aniversário da Independência Nacional, pag.1*

⁹ *Estatuto Político-Administrativo da Província de Cabo Verde de 1972, Art. 2º*

homólogas do Ministério do Ultramar, sem ferir a competência do Governador que servia de intermediário entre eles¹⁰.

Na Província o Governador era a autoridade máxima. Como estabelecia o número 1 do artigo 8º do Estatuto Político-Administrativo e a Base XII da Lei Orgânica do Ultramar, era «o mais alto agente e representante do Governo da Nação Portuguesa e autoridade superior a todas as outras que na província sirvam tanto civis como militares...»

Sob a sua dependência havia as repartições provinciais e era assistido por uma Junta Consultiva Provincial. A função legislativa cabia a uma Assembleia com vogais eleitos¹¹.

A divisão administrativa, antes da independência, baseava-se no Concelho à frente do qual se encontrava-se um administrador que representava o Governador. As administrações de Concelho reuniam todos os serviços públicos estabelecidos no respectivo círculo que não fossem expressamente isentos. Nos concelhos com maior complexidade como o da Praia e o de São Vicente, encontravam-se serviços desconcentrados.

Além disso havia também Câmaras Municipais, encabeçadas por um presidente que, nesses dois concelhos referidos, fazia com que o administrador fosse uma figura pública de pouco relevo. Nas demais ilhas o administrador acumulava os cargos de Presidente da Câmara, chefe das obras públicas, comissário de polícia, conservador dos Registos civil e predial, director dos serviços de economia, para além de juiz de instrução criminal com competência para proferir sentenças que implicassem prisão até seis meses.

Essa acumulação funções dava excesso de poderes àquela figura, pelo que uma das principais preocupações do Governo depois da independência foi proceder a uma reforma administrativa, repartindo esses poderes por várias entidades, mesmo nos concelhos muito pequenos.

Na nova reforma levada a cabo a seguir à independência, o Primeiro – Ministro é o responsável pela administração interna do território, função que exerce através da Direcção Nacional da Administração Interna. Inicialmente cada concelho era dirigido por um Delegado do Governo, nomeado pelo Primeiro – Ministro pelo período de um ano, renovável, delegado esse que era coadjuvado por um conselho deliberativo.

¹⁰ *Lei Orgânica do Ultramar Português, Base XXXV-I, 1967*

¹¹ *Estatuto Político-administrativo, op.cit. art.º 18º*

Os membros do conselho deliberativo eram nomeados por despacho do Primeiro – Ministro, por um ano, igualmente prorrogável. O número variava de acordo com as necessidades locais, sendo que esse conselho era formado por cidadãos nacionais exercendo uma profissão ou actividade social e residentes na área do respectivo concelho.

A função do Conselho Deliberativo era de promover o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, satisfazer as necessidades colectivas e de defesa dos interesses das populações locais. Em cada freguesia havia um agente administrativo que estabelecia o contacto entre a comunidade e o delegado da Administração Interna.

Durante os quinze primeiros anos da independência havia em Cabo Verde um único partido, o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde – PAIGC – que apresentava a seguinte estruturação:

- a) - Comissão Nacional de Cabo Verde
- b) - Direcções Regionais (uma região por ilha)
- c) - Sectores (em cada concelho havia um sector)
- d) - Secções (subdivisões dos sectores)
- e) - Comités de Base (subdivisões das secções)¹²

2.3.1 - Os Órgãos de Soberania¹³

A Assembleia Nacional Popular – ANP - era o Órgão Supremo do Poder do Estado. Nessa qualidade, a ela competia decidir sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado, organizar e controlar a aplicação da linha política, económica, social e cultural definida pelo PAIGC.

O Presidente da República, Chefe do Estado e o Comandante das Forças Armadas, era eleito pela A.N.P. de entre os deputados eleitos pelos círculos eleitorais.

¹² PAIGC, *Reconstrução Nacional – Cinco Anos de Realização/ Comissão Nacional para as eleições – Caderno do Deputado – Numero dois – Tomo II*

¹³ PAIGC, *Comissão Nacional de Eleições, Breves Apontamentos sobre os Órgãos do Poder do Estado, Numero três*

O Governo, órgão executivo e administrativo supremo, conduzia a política da Nação de acordo com as linhas gerais traçadas pela A.N.P e era constituído por um Primeiro Ministro e por Ministros e Secretários de Estado. O Primeiro Ministro era eleito pela ANP sob a proposta do Presidente da Republica e os Ministros e Secretários de Estado eram nomeados pelo Presidente da Republica sob proposta do Primeiro Ministro.¹⁴

Os Tribunais são órgãos do Estado encarregados da administração da Justiça em nome do Povo. Esses órgãos gozam de total independência no exercício das suas funções. Depois da independência foram criados os seguintes Tribunais Judiciais:

O Conselho Nacional de Justiça

Os Tribunais Regionais

Os Tribunais Sub-Regionais

Os Tribunais de Zona

Em finais de 1977 o Conselho de Ministros aprova o código dos Tribunais populares. Tratou-se de uma serie de normas definindo a competência desses tribunais e o processo dos julgamentos populares, que o Ministério da Justiça fez editar e distribuir a todos os tribunais já constituídos.

Esse código insiste no carácter reeducativo das penas a serem dadas aplicadas aos que manifestarem conduta anti-social, estatuinto que as penas, sempre que possível, fossem substituídas por medidas mais adequadas à personalidade do acusado, a sua condição financeira, profissional, familiar. Por exemplo uma pena que podia ser aplicada era de obrigar o indivíduo acusado a frequentar um estabelecimento de ensino com vista a superação profissional e cultural. Contudo os tribunais populares tinham competência para atribuir penas de prisão até seis meses.

Segundo o documento aprovado pelo executivo os tribunais populares tinham legitimidade para julgar casos de crimes contra a sanidade pública como lançar lixo e água suja na via pública, casos de desacato as e perturbação do sossego dos cidadãos, casos de açambarcamento e venda de produtos fora de prazo. As penas nesses casos podiam variar uma repreensão pública até uma multa de dez mil escudos ou prisão.

¹⁴ *Lei de Organização Política do Estado – LOPE, artigos n°s 13 e 14*

Os membros dos tribunais de zona eram eleitos pela população de cada comunidade, de entre os cidadãos de ambos os sexos e com idade superior aos 21 anos, de reconhecida idoneidade nos aspectos moral, social, profissional e político, desde que soubessem ler e escrever e residissem na comunidade pelo menos meses durante seis meses.

Dois objectivos finais da criação desses tribunais eram de, por um lado, descongestionar as outras instâncias do poder judicial que não teriam que se ocupar desses casos, logo seriam mais céleres no desempenho das suas funções e por outro lado garantir a ordem, a disciplina no seio das comunidades.¹⁵

O PAIGC criou ainda organizações de Massas no campo e nas cidades. Essas organizações eram tidas como fonte de energia política e auxiliares através dos quais se reforçava a ligação entre o Poder e as massas populares. As relações Partido-Organizações de Massa, processavam na base do princípio da independência orgânica e autonomia destas e do princípio da direcção política e controlo do Partido.

A organização da Juventude tinha por objectivo mobilizar e enquadrar os jovens, com base nos princípios do Partido, promovendo a sua formação ideológica, política e de cultura geral. De entre algumas actividades desenvolvidas pela Juventude sublinha-se a actividade no campo da informação e propaganda, através dos meios de comunicação social, que visavam a formação de um novo homem. Havia duas organizações da Juventude: a JAAC – Juventude Africana Amílcar Cabral e a OPAD - Organização dos Pioneiros Abel Djassi.

A organização das mulheres tinha por missão mobilizar e enquadrar a massa feminina para a liquidação da injustiça de género que ainda se existia na sociedade cabo-verdiana. A sua tarefa fundamental era de consciencializar as mulheres para assumirem o lugar que lhes cabia na construção Nacional levando-as a participar em todas as esferas de actividade.

Às organizações sindicais cabia a missão de defender os interesses dos seus associados, profissionalizá-los e politizá-los, isto é, fazer com que trabalhassem disciplinadamente com um sentido de serviço à comunidade.

A UNTC-CS – União Nacional dos Trabalhadores Cabo-Verdianos - Central Sindical -, é a organização dos trabalhadores e central sindical única, a qual compete defender os

¹⁵ *Voz Di Povo*, 5 de Fevereiro de 1977, 1ª pagina «Conselho de Ministros Aprova Código dos Tribunais de Zona»

interesses específicos dessa classe. Tendo em consideração os superiores interesses da economia nacional, a UNTC-CS defendia o direito ao trabalho e a melhoria das condições de vida das camadas trabalhadores mais desfavorecidas, nomeadamente de assistência na doença, invalidez e velhice dos seus aderentes.¹⁶

Segundo Dr. Antero Coelho, um dos pioneiros no movimento sindical “ para muitos não havia movimentos sindicais nessa altura porque não se fazia greve” porem de acordo com o entrevistado as principais preocupações eram de cuidar do futuro dos trabalhadores fazendo descontos salariais para efeito de reforma, capacitar e formar quadros (segundo informações colhidas junto do entrevistado muitos jovens e trabalhadores receberam formação na Alemanha e na Holanda fruto da Acção da Central Sindical entre outras.

A Central Sindical, que tinha estabelecido relações de parcerias com várias da Europa principalmente nos países do Norte, era subsidiada pelo Estado tendo em conta que prestava um serviço que era útil à sociedade. A verba esteve contemplada no orçamento do Estado durante toda a 1ª Republica.

¹⁶, Dr. Antero Coelho, membro fundador do Sindicato em Cabo em entrevista afirmou que a UNTC-CS foi fundada em 1978, que em 1975 tinha sido criada o Grupo de Acção Sindical – G.A.S.- que viria a se transformar em Comissão Organização dos Sindicatos de Cabo Verde – C.O.S.C.V. – Esta comissão é que criou as caixas sindicais e que assumiu a sua gestão. Mais tarde, em finais de 1978, viria a se transformar na 1ª Central sindical de Cabo Verde que existiu até 1991

2. Estruturação do Estado

Cabo Verde existe como país soberano desde 5 de Julho de 1975, data em que ascendeu à independência e se assumiu como um Estado de democracia nacional revolucionária, conduzido por um único partido que se apresentava e agia como a força política dirigente, tanto do Estado como da sociedade em geral.

Apenas em 1992, e na sequência das novas ideias que acabaram por assolar o mundo por efeito da abertura dos países do Leste da Europa ao mundo ocidental, Cabo Verde viria a abrir-se ao pluripartidarismo e a ter as primeiras eleições num quadro de concorrência política, no seguimento das quais o país acabou dotado de uma Constituição instituidora de um regime de democracia pluralista, estruturante de um vasto catálogo de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, pelo menos formalmente concebendo a pessoa humana como um valor em si absoluto, e por isso mesmo sobreposto ao próprio Estado, ao mesmo tempo que foi iniciada a criação de um sistema de governo onde se manifesta o equilíbrio possível de poderes entre os diversos órgãos de soberania, a par de um poder local com titulares eleitos pelas comunidades e perante as mesmas responsáveis, enfim, uma Administração Pública pretensamente concebida como instrumento de desenvolvimento e garantia de defesa do novo regime proposto por essa segunda e nova Constituição.

Mas importa desde já deixar expresso que a Constituição de 1992, pela própria filosofia política que enforma, ficou nos antípodas da Constituição pós independência e que por sinal só seria aprovada pela Assembleia Nacional Popular em 1980. É que, na altura do seu nascimento, o Estado de Cabo Verde foi idealizado e estruturado como um Estado ideologicamente comprometido com “a defesa dos interesses das massas trabalhadoras e a construção da paz, progresso e felicidade para todos os cabo-verdianos”, razão por que a primeira Constituição, caracterizava Cabo Verde como:

- a) Uma república soberana, democrática, unitária, anti-colonialista e anti-imperialista¹⁷

¹⁷ Constituição de 1980 - capítulo I, art. 1º

- b) Um Estado de democracia nacional revolucionária, fundada na unidade nacional e na efectiva participação popular no desempenho e direcção das actividades públicas e orientada para a construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem¹⁸
- c) Que tinha o PAIGC como a força política dirigente da sociedade e do Estado, a quem cabia a tarefa de estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança, a realizar pelo Estado e ainda definir as etapas da Reconstrução Nacional e estabelecer as vias da realização de uma sociedade justa, livre e fraterna, consubstanciadas essencialmente nos seguintes parâmetros:

C.1) criação de uma organização económica e social capaz de responder ao objectivo de promoção contínua do bem-estar do povo, com consequente liquidação da exploração do homem pelo homem e a eliminação de todas as formas de sujeição humana a interesses degradantes em proveito de indivíduos, de grupos ou classes

C.2) lançamento das bases de uma saúde pública capaz de promover o bem-estar físico e mental das populações e a sua equilibrada inserção no meio sócio-ecológico em que vivem,¹⁹

C.3) implementação de uma política de educação que tenha como objectivo, por um lado a liquidação do analfabetismo, por outro a formação integral do homem, e por isso mesmo estreitamente ligada ao trabalho produtivo de forma a permitir ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu progresso.²⁰

A par disso tudo, foi estabelecido como imperativo fundamental do Estado de Cabo Verde criar e promover as condições favoráveis à salvaguarda da identidade cultural, vista como o suporte da consciência e dignidade nacionais e factor estimulante de desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Era nada mais nada menos que a consagração em termos formalmente constitucionais de uma política que de há muito fazia parte do programa do PAIGC enquanto partido que lutava pela independência de Cabo Verde e que portanto já vinha sendo paulatinamente materializada no país desde 1975.

¹⁸ *Idem* art. 3º

¹⁹ *Idem* artigo 14º

²⁰ *Idem* art. 15º

Fazia parte dessa política, como princípio basilar e estruturante da toda a filosofia que orientava o tipo de Estado ora plasmado na Constituição de 1980, razão por que houve que ficar expressamente registado na Lei fundamental que “na República de Cabo Verde existe separação entre o Estado e as instituições religiosas”, ainda que desde logo o Estado tenha garantido o respeito e a protecção às confissões religiosas legalmente reconhecidas.

No entanto importa dizer que esse princípio, absolutamente decorrente de toda a ideologia política que enformava o PAIGC, era em grande parte antagónico à moldura social sobre a qual se desenhava a realidade da nação cabo-verdiana.

Os diferentes cientistas de sociedade são unânimes em aceitar a existência de uma nação cabo-verdiana há pelo menos trezentos anos, e é perfeitamente natural que seja assim.²¹ Com efeito, todos estão de acordo de que o modelo de povoamento que acabou sendo adoptado para as ilhas, basicamente com escravos vindos das mais diversas proveniências da costa d’África e gente pobre das terras portuguesas, a pobreza das ilhas, as imensas penúrias por que ao longo dos séculos passaram as suas populações, acabou por moldar o homem cabo-verdiano de forma indelével: não é possível nascer e crescer e viver entre as sedentas rochas castanhas ou cinzentas de Cabo Verde, todos os dias olhar o céu para lhe rezar a bênção de uma gota d’água, todos os fins de cada período chamado de “as águas” dizer resignado diante da presença da seca, no próximo ano ela há-de cair, Deus acabará por se lembrar dos seus filhos! e depois pensar igual e sentir igual e ver o mundo igual a quem vem de um berço verde de ribeiros cantando nos caminhos”, diz um cronista nacional.

É, pois, consensual a existência de um homem cabo-verdiano, de uma nação cabo-verdiana, devedora de todos os tipos humanos que povoaram as ilhas. Mas particularmente devedora das privações que, mais que qualquer outro elemento, acabaram possibilitando a formação de uma sociedade miscigenada, se não nos haveres, pelo menos na cor da pele, na língua, na música, na tradição oral, na religião, na sabedoria popular, no estilo de vida, nos costumes e regras de convivência.

Cabo Verde acabou funcionando como uma espécie de laboratório isolado pelo mar, em ilhas afastadas umas das outras, sobretudo pelas imensas dificuldades de comunicação

²¹ Carreira A., *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, pag. 25

entre si, mas onde foi na verdade emergindo uma sociedade híbrida e sincrética, por sinal reconhecida por todos os estudiosos como sendo de interesse intelectual e histórico invulgar porque com uma cultura e identidade ímpares e que não a deixam confundir-se com nenhuma outra.

Mas também uma nação fortemente moldada pela influência da igreja católica através das diversas ordens religiosas que ao longo dos séculos foram chegando às ilhas, particularmente à ilha de Santiago onde por largos anos pontificaram ordens como os jesuítas e franciscanos entre outros.²²

²² Carreira A., *Formação e Extinção de uma sociedade Escravocrata (1460- 1878)*, Instituto de Promoção Cultural, Praia, 2000

3. Políticas Sociais do Estado

4.1 A situação Económica do País no período da Independência

Antes da independência havia algumas infra-estruturas no país criadas durante o período colonial. A nível de abastecimento de energia e água havia Centrais eléctricas em quase todos os concelhos. Quanto aos transportes aéreos tinha sido criado único Aeroporto internacional no Sal e os aeródromos em São Vicente, Santiago, S.Nicolau e Fogo. Nos transportes marítimos o maior investimento fora feito no Cais acostável de São Vicente, de todo o modo as ilhas de Santo Antão e Fogo (que foi inaugurado pelo Governador Sacramento Monteiro, descendente daquela ilha)²³ também dispunham de infra-estruturas nessa área. O Porto da Praia foi inaugurado no ano da Independência.

De todo o modo, todas essas infra-estruturas apresentavam uma estrutura muito deficitária, a situação económica do país era muito precária, tendo em conta que a ausência de recursos naturais o fazia com que a economia fosse frágil e muito dependente do exterior, situação, diga-se de passagem, que persiste ainda hoje.

A agricultura, principal actividade produtiva numa terra que não chovia, passava por uma situação muito complexa que exigia reformas urgentes a nível de estruturação das propriedades bem como de uma legislação capaz de criar um clima social com menos tensões e com mais igualdade e oportunidade para todos. O sector agrícola apresentava as seguintes características:

- Utilização de métodos rudimentares
- Baixo nível técnico e cultural dos camponeses (alta percentagem de analfabetismo)
- Baixa produtividade – quer em números absolutos quer por unidade cultivada
- Estrutura agrária atrasada

²³ Informação conseguida junto de Amiro Faria

- Dependência quase total das chuvas
- Terrenos cultiváveis muito reduzidos²⁴

No momento da independência, a indústria em Cabo Verde contribuía com 2,5% na formação do Produto Interno Bruto, sendo apenas 3% a percentagem da população activa ocupada no sector secundário.²⁵ Havia no período anterior à independência umas unidades fabris como por exemplo a Congel, indústria de pescas e frio industrial, em que o Estado tinha possuía 60% das acções. Essa empresa exportava cerca de 400 a 600 toneladas/ Ano de peixe congelado para Portugal. Após a independência essa empresa viria a se transformar em Interbase. Depois de 1975 essa nova empresa criada em 1979 viria a exportar seus produtos para outros mercados como França, Itália, Argélia, Espanha e EUA aumentando consideravelmente a tonelagem / ano para 2000.²⁶

A nível de telecomunicações existia ligações, embora deficitárias, entre Praia, Mindelo e Sal por feixes hertzianos. A nível de transportes inter-ilhas havia algumas preocupações mas não eram suficientes para responder as necessidades. Ilhas mais periféricas como Boa Vista, ficavam muito isoladas.

Depois da independência começam a ser instaladas algumas unidades fabris, todas de iniciativa estatal, não só porque era política do Estado controlar a economia, como também porque dificilmente, nessa época, encontrariam investidores privados, quer nacionais quer estrangeiros para o fazer.

Empresas como MORABEZA (confeccções), SOCAL (calçado), EMPA (Empresa Pública de abastecimento), SCAPA (sociedade de comercialização e Apoio à Pesca Artesanal), ENACOL (Empresa Nacional de Combustíveis), TRANSCOR (Empresa de Transportes Rodoviários e de Passageiros) são criações dessa altura.²⁷

Os sectores produtivos – agricultura, pecuária, pesca industrias, e construções – representavam apenas 45% do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto que o sector dos serviços representavam 55%, com preponderância do comercio e da administração publica. O PIB cobria, no período da independência, apenas 60% da despesa nacional,

²⁴ Pereira Aristides, Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC. Pag. 40

²⁵ Idem, pag 93

²⁶ Entrevista Eng. Amiro Faria, Presidente da Comissão Administrativa da Congel no período de transição e Director Da Interbase entre 1975 a 1987

²⁷ República de Cabo Verde, 5 anos de Independência – 1975/1980, Comissão do V aniversário da Independência Nacional pag.54

sendo os restantes 40% cobertos por importações financiadas por remessas dos emigrantes e ajuda externa.²⁸

Pelo facto do Arquipélago ligado a Portugal – facto que para muitos naturais das ilhas constituía razão para rejeitarem a independência – os orçamentos, tanto ordinários como extraordinários, eram modestos e os subsídios vindos de Portugal muito inferiores ao necessário e, não raras vezes, destinados a projectos inadequados.

Ora para o PAIGC o conceito de desenvolvimento baseava-se na necessidade de transformar a realidade de atraso que existia nas ilhas. Desde a sua criação que o Partido definiu de forma clara que um dos seus principais objectivos era não só de liquidar todas as situações de desigualdades e injustiças sociais, bem como de criar as bases indispensáveis à construção duma vida nova para a população bem como construir a paz, o bem-estar e o progresso.

Assim o Governo de Cabo Verde, definia como objectivo para alcançar a justiça e realizar o progresso para todos, liquidar a exploração do homem pelo homem e todas as formas de sujeição da pessoa humana.

No capítulo VI do programa do PAIGC lançava os seguintes desafios:

- Planificação e desenvolvimento harmonioso da economia
- Desenvolvimento e modernização da agricultura. Transformação do sistema de cultivo da terra de modo a acabar com a monocultura e a obrigatoriedade da cultura do milho no país. A nacionalização das terras.
- Vencer as crises agrícolas e as fomes
- Desenvolver a indústria e o comércio em bases modernas. Estabelecimento progressivo de empresas industriais e comerciais do Estado.
- Controlo do comércio exterior e coordenação do comércio interior pelo Estado.

Logo, o PAIGC preconizava um desenvolvimento planificado, harmonioso e equilibrado visando liquidar as sequelas coloniais e lutar pela independência económica, o pleno emprego e o bem-estar para todos.

²⁸ *República de Cabo Verde, 5 anos de Independência, Comissão do V aniversário da Independência Nacional, Praia, 1980*

Havia, no entanto, aspectos reais que se deviam ter em conta.

Por exemplo, em Cabo Verde, a potencialidade da mão-de-obra activa em 1976 era de aproximadamente 70 000 a 80 000 pessoas, constituída na maior parte de elementos semi-qualificados ou sem qualquer qualificação. Apesar de ser uma das taxas menores no mundo, não consistia prioridade dos governantes aumentar essa taxa a curto prazo, tendo em conta que as condições de absorver essa disponibilidade eram muito limitadas.²⁹

Por isso, a prioridade era preparar um potencial de qualidade, de contrário ter-se-ia de se contentar com empreendimentos modestos que deixariam o país na dependência estrangeira, opção que seria pouco sábia, uma vez que a independência política se completa com a independência económica.

Por outro lado, um dos grandes desafios do governo após a independência (diga-se de passagem que desafios era o que não faltava a Cabo Verde nesta fase) era de efectivar programas de industrialização, recorrendo como é óbvio, a ajuda estrangeira, até se estabelecer um núcleo para o sector industrial auto-suficiente capaz de impulsionar os propósitos da Nação.

Foi sempre preocupação do Estado evitar que a economia do país estivesse de tal forma na mão de interesses estrangeiros que acabassem por dominar o Poder Político e em que, apesar de criar postos de trabalho, o povo não passasse de meros trabalhadores produzindo riquezas para os outros.

Desde sempre que o Estado vai ter a preocupação de se criar riqueza, quer tentando substituir fornecedores de serviços estrangeiros por fornecedores nacionais quer activando infra-estruturas de produção recebidas da administração anterior.

Durante a administração portuguesa as mercadorias consumidas em Cabo Verde eram transportadas por navios portugueses. Com excepção da cabotagem, as companhias eram absolutamente interditas a cabo-verdianos.

Consequentemente, logo após a independência foram criadas duas companhias marítimas estatais, a ARCAVERDE e a NAGUICAVE³⁰ (esta em parceria com a Guiné) e favorecida a criação de outras quer pela outorga de licenças quer pela disponibilização do

²⁹ «Terra Nova» Abril de 1976, pag. 2 “ Aspectos Sócio – Económicos Cap. III - A nossa Potencialidade Económica, pag. 2

³⁰ «Voz Di Povo» 9 de Abril 1977, 1ª pag. “ Efectivação Progressiva da Unidade Guiné/ Cabo Verde”

crédito bancário. Assim surgiu a empresa privada Estrela Negra com navios de longo curso e os Transportes Marítimos Costeiros e Internacionais ultrapassaram as nossas águas territoriais para se dedicarem também à navegação de longo curso.

Outro sector fundamental era o agro-pecuário que constituía a espinha dorsal da nossa economia nos primórdios da nossa independência. A agricultura constituía uma das maiores preocupações do Estado. Para incrementá-lo, de uma certa maneira não havia problemas de mão-de-obra visto que o índice de deslocamento dos camponeses para os centros urbanos era pouco significativo.

Porém o grande problema a enfrentar era as secas, que havia muitos anos flagelavam os campos constituindo o pior factor adverso do sector.³¹ Por isso prover de meios que permitissem aos camponeses ressentir o menos possível desse flagelo constituía uma das tarefas imediatas do governo.

A protecção à terra e aos homens que nela labutam é, sem dúvida, a meta prioritária do Governo. É nesse contexto que o problema agrário ganha uma importância fundamental e a Reforma Agrária passa a ser uma das prioridades.

4.2 A Unidade Guiné - Cabo Verde

Desde da criação do PAIGC que Amílcar Cabral defendeu a ideia de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Toda a luta de libertação foi conduzida nessa perspectiva e após a independência os dois países continuaram sendo dirigidos pelo mesmo partido, ainda que com governos diferentes.

Mas nos tempos seguintes à independência, passos importantes foram sendo dados no sentido da materialização desse objectivo. Por exemplo, logo em Janeiro de 1976 viria a Cabo Verde uma delegação de alto nível do Governo da Republica da Guiné-Bissau, tendo, durante esse encontro, sido assinado um Comunicado conjunto, que seria aliás o primeiro entre as Delegações das duas Republicas irmãs.

Na oportunidade, o presidente Aristides Pereira, pôde afirmar que se tratava de uma sessão histórica, pois era a primeira vez na história dos dois pais que tinha lugar uma

³¹ *Jornal «Terra Nova» Maio de 1977 pag. 5*

sessão daquele género. Convencidos de que a Unidade só seria possível através do conhecimento recíproco das realidades e do lançamento das bases para realizações conjuntas, conforme os princípios do Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde, seriam criadas algumas comissões mistas de trabalho entre as quais a comissão para a Energia, Indústria e Hidráulica; para a Agricultura e Pecuária; para os Assuntos dos Negócios Estrangeiros.

1977 seria um ano histórico na efectivação do princípio sagrado do PAIGC, da Unidade e Luta, através da realização do III Congresso do partido. Considerado como um dos acontecimentos mais importantes do Partido depois da independência começa a ser planeado e preparado desde 1976.

Pretendia-se a sua realização durante as comemorações do 20º aniversário da fundação do PAIGC, porém como disse o Secretário-Geral do Partido, Aristides Pereira” *Já não estamos naquela situação em que estávamos durante a luta armada e éramos obrigados a fazer tudo em cima dos joelhos. Hoje com as nossas terras independentes, na paz devemos preparar-nos convenientemente para o Congresso*”³²

O Congresso tendo em conta o papel importante que desempenhava no seio do Partido iria trazer recomendações técnicas quanto as formas que deve revestir a unidade entre os dois países Como órgão máximo do Partido teria a ultima palavra a dizer sobre as formas que a unidade devia assumir. Analisar as vantagens e os inconvenientes, como é que a unidade enfrentaria as exigências quer de comércio quer de transporte bem com de outros aspectos não só económico mas também político e social.

Inicialmente marcado para Julho de 1977, o Congresso da “*Independência para a Unidade e o Desenvolvimento*”, definiria as linhas mestras de actuação em todos os domínios, nesta fase de luta pela libertação económica dos dois países.

Apesar de ser o III Congresso do Partido havia alguma inexperiência por parte do Partido na organização do evento na medida em que se realizava em condições totalmente distintas dos outros anteriores. Os congressos anteriores foram realizados durante a luta de libertação na Guiné-Bissau sendo o primeiro em Cassacá em 1964 e o segundo em Medina de Boé em 1973.

³² «Voz Di Povo» 12 de Março de 1976, pag. 6

Durante os preparativos surgiam alguns problemas de difícil resolução tendo em conta a precariedade dos países. Era aguardado cerca de 300 delegados do Partido e mais 200 convidados e nas condições concretas da Guiné, onde se ia realizar o Congresso, não era fácil alojar tanta gente. Havia também problema de segurança, de transporte, de espaço para a realização o evento que coubesse mais de meio milhar de pessoas que eram previstas estar presentes.

Contudo depois de muito esforço e envolvimento o III Congresso realizou-se de 15 a 20 de Novembro na capital da Guiné-Bissau. Como atrás se disse esse acontecimento de tamanha envergadura, por muitos, comparada com a proclamação da independência. Segundo o Relatório Geral do Comité Superior de Luta (CSL) apresentado por Aristides Pereira, ficava claro que está nova fase que se desenhava na vida dos dois países estava inscrita numa linha de continuidade das origens do PAIGC.

O Partido reforçou, definitivamente, a sua ideologia e a fidelidade a Amílcar Cabral. A esse respeito este afirmava que *«O fundamento principal da unidade reside na diferença entre as coisas. Se estas coisas não forem diferentes, não é preciso fazer unidade, não há problema de unidade.»*³³

Assim em consequência da unidade entre os dois países, que se pretendia económica para além da política, verifica-se um incremento das trocas. Assim da importante reunião que teve lugar entre 6 a 11 de Março de 1979, na qual participaram representantes dos Armazéns do Povo da Guiné e a Empresa Pública de Abastecimento de Cabo Verde, foram tomadas importantes decisões no capítulo da trocas em que Cabo Verde exportaria ao país irmão farinha de trigo, sal, e também cebola, atum entre outros produtos, enquanto a Guiné Bissau forneceria ao país madeira, carvão, óleo de amendoim entre outros.

Ainda nessa reunião ficou assente que o cimento seria objecto de compra comum feita nos mercados de Angola. Outras decisões foram tomadas numa reunião entre os responsáveis titulares das pastas do Comércio das duas Republicas de 3 a 5 de Janeiro no quadro das decisões do III Congresso.

³³ Pereira Aristides, *Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC*

4.3 A Reestruturação do Sistema Agrário

A agricultura era a principal actividade económica em Cabo Verde, absorvendo mais de 60% da população cabo-verdiana. Porém era uma agricultura de subsistência, facto que ainda hoje persiste, dependendo totalmente das chuvas. Cabo Verde ascende à independência num período em que as estiagens já vinham acontecendo há alguns anos e até aos inícios da década de oitenta a situação manteve-se praticamente igual.

Combater a seca constituía um dos principais desafios para o Governo. Todos os anos era necessário executar programas de emergência para acudir os camponeses que viam todos os seus esforços indo por água-baixo.

A estrutura agrária de Cabo Verde era um factor de instabilidade para vida de uma importante parte da população. Os 39% dos camponeses – com um máximo de 51% em Santiago e um mínimo de 19% em São Nicolau e Brava – não possuíam terra própria, tendo de cultivar terras em regime de arrendamento ou de parceria.³⁴

Apesar das medidas tomadas pelo Governo todos os anos para debelar as crises elas insistiam em continuar, e portanto era necessário repensar e reformar todo o sistema agrário em Cabo Verde de modo a resolver definitivamente esse problema.

A modernização agro-pecuária cabo-verdiana implica o aproveitamento inteligente da terra, o uso abundante de fertilizantes, a introdução de raças de animais e equipamentos técnicos. Para além disso, uma outra forma de prestigiar e estimular a agricultura seria mediante a criação de um sistema de crédito rural, pois só assim este sector estaria em condições de desenvolver uma estrutura de comercialização e competir com os outros sectores da economia nacional. Por outro lado a formação de cooperativas e a fixação de preços mínimos contribuiriam para assegurar as garantias aos camponeses que no tempo da safra são explorados na compra dos seus produtos.

Assim, o Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas (MDRP) vai ter um papel preponderante neste sector, procurando através de vários caminhos melhorar e dignificar as condições de vida dos camponeses.

³⁴ B.O. Lei nº 9/ 11/ 82 de 5 de Maio de 1982 «A Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária»

Inserido no plano de Reestruturação socioeconómico de Cabo Verde, após a independência, uma das prioridades do Governo foi reformar o sistema agrário vigente desde há muito tempo nas ilhas. As terras estavam nas mãos de um pequeno número de pessoas, que não tendo como se ocupar delas directamente, arrendava pequenas parcelas aos camponeses que se convertiam em rendeiros, e que eram vítimas de abusos e arbitrariedades por parte dos proprietários. Não havia leis instituídas. Cada um fazia a sua própria lei e impunha-a aos rendeiros e sub-rendeiros.

Entre os vários objectivos do Governo era de fazer uma distribuição mais justa e realista das terras de modo a beneficiar os camponeses e liquidar todas as formas de exploração do homem pelo homem.³⁵ A reforma agrária era um dos aspectos mais importantes para a revolução social do país.

Amílcar Cabral já dizia na Arma da Teoria que *«Quem não trabalha não tem direito a nada na nossa terra. Devemos combater todos os que ficam de braços cruzados. Na nossa terra, hoje como amanhã, todos devem trabalhar. Ninguém pense que pode dormir à sombra daquilo que trabalhou ontem.»*³⁶

Havia uma grande expectativa, contudo era necessário um estudo sério e profundo devido às características peculiares das ilhas que exigia um estudo sério e profundo das suas contradições.

Na reunião da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC que teve lugar na Praia de 2 a 10 de Março de 1975, ainda antes da proclamação da Independência, a reforma agrária foi considerada como *“um processo de modificação da estrutura agrária, visando o aumento da produtividade do trabalho agrícola e a liquidação do monopólio dos latifundiários”*. Foi reconhecida ainda nesse encontro a necessidade de se definir uma linha orientadora e algumas medidas imediatas, como por exemplo:

- Criação de um fundo do Estado para a compra de terras e prioridade ao Estado na compra das terras que viessem a ser vendidas
- Agravamento do imposto de transmissão: venda, herança e doação
- Nacionalização das terras de traidores, absentistas e terras abandonadas

³⁵ - *Idem Cap. I art. 2º*

³⁶ *«Voz Di Povo» 5 de Junho de 1978, pag. 3*

- Revisão da contribuição perdia rústica.

O decreto nº 7/ 75, um dos primeiros a ser publicados após a independência veio a enquadrar-se numa luta que visava suprimir para sempre as injustiças na distribuição da terra. A agressividade das condições naturais teria criado em Cabo Verde um ambiente propício para o desenvolvimento de grandes propriedades, sendo o poder estável nas mãos dos grandes proprietários.

Geralmente acontecia, como por exemplo em Santiago, o pequeno camponês hipotecar muitas vezes suas terras nos anos de secas para alimentar suas famílias e nunca mais conseguir reaver o seu bem. As hipotecas, a falta de chuva, a inexistência de condições técnico-científicas para uma irrigação mais desenvolvida fez com muitas vezes eles perdessem as suas terras a favor do “homem de negócios da aldeia” que rapidamente se transformava no proprietário da região.

Depois de efectuada a independência do país o Governo continua na senda de transformação da estrutura agrária nacional. Entre os vários passos que foram dados neste sentido destacava-se a reunião entre o Primeiro-Ministro, e o Ministro do Desenvolvimento Rural, o Engenheiro João Pereira Silva, onde foram analisadas vários problemas ligados a questão tais como a escassez de terras em relação ao número de habitantes que dela vivem; a necessidade de introduzir técnicas de comercialização que estimulem o aumento da produção agrícola e o crédito agrícola como estímulo à cooperação dos pequenos proprietários e dos rendeiros.

Na opinião do Sr. Samuel Lima, ex-seminarista no único seminário sobre a Reforma Agrária realizado em Santo Antão para se divulgar e dar a conhecer a lei, em Agosto de 1981 sob a direcção do criador da lei, Dr. Carlos Veiga, a reforma agrária era necessária em algumas ilhas como Santiago e Fogo, contudo em relação a ilha de Santo Antão, não se teve em conta as especificidades das relações de produção.³⁷

De acordo com estudos feitos pelo Ministério da Desenvolvimento Rural ficava claro que enquanto que em Santiago o regime de exploração por conta própria representava apenas 28% em Santo Antão era de 56%. Outra informação importante que se pode apreender do quadro é que em Santiago o regime de arrendamento era de 50% em Santo Antão era 1%. Santo Antão é uma ilha onde impera mais o sistema de parceria, pois o quadro diz

³⁷ Sr. Samuel Lima, ex-seminarista do único seminário que teve lugar em Santo Antão sobre a Lei da Reforma Agrária, actualmente chefe de secretaria da Escola Dr. José Augusto Pinto

que é onde a percentagem é maior. Estes dados por si só mostravam que a lei era aplicável uma ilha não era valido na outra. (*anexo 2*)

Nesta ilha a situação era muito diferente das ilhas de Santiago e Fogo onde por razões históricas essas relações tinham se processado de forma diferente. Considerada uma ilha de povoamento tardio, seguiu-se um sistema diferente baseado na lei portuguesa das sesmarias que com o passar do tempo viria a se transformar em pequenas e médias propriedades exploradas por conta própria.

No preâmbulo da Lei publicada na ANP, no ponto 13 fala-se sobre «*a necessidade da urgente transformação das estruturas arcaicas e injustas ainda prevalentes no sector agrícola.*» Segundo o Sr. Samuel um outro aspecto em que o Governo talvez se tenha falhado foi que houve alguma precipitação na sua aplicação. Tendo em conta todas os efeitos que ia provocar na vida das populações era necessário ter se debruçado mais tempo a estudar sobre as suas implicações.

No ponto de vista do Dr. Germano Almeida³⁸, em Santo Antão a questão do absentismo, não se punha. Não havia grandes extensões de terra, que para além de razões históricas³⁹ também se explicam devido ao relevo montanhoso da ilha. Contrapondo ao que se disse anteriormente, fez-se um estudo, que foi solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural, para se analisar sobre as relações de produção nestas duas ilhas. O autor do estudo, Gottfried Stockinger⁴⁰, austríaco pesquisador e conselheiro do Ministro do Desenvolvimento Rural, concluiu que se trata de duas realidades muito diferentes. Nas duas ilhas.

Outra questão que se deve ter conta, segundo o Sr. Samuel Lima, é que falar de Lei de Reforma Agrária provocava um efeito negativo na mente das pessoas, que não a conhecendo, receavam as suas consequências e uma delas era e perderem as suas terras. Havia uma tendência para se associar a questão das reformas agrárias ao comunismo pois que sabiam que países como Cuba e URSS já tinham vivido essa experiencia e acreditavam que o propósito da lei era a expropriação e nacionalização das terras pelo Estado. Como se disse anteriormente, isso tudo era fruto de um certo desconhecimento que se tinha em relação ao conteúdo do documento.

³⁸ Em entrevista no dia 18 de Março, em Santo Antão

³⁹ Silva, João Pereira, *Ante-Projecto da Lei de Bases pelo Ministério do Desenvolvimento Rural*, pag 3

⁴⁰ Mestre em Ciências sociais e Económicas e Doutor em sociologia pela Universidade de Viena, esteve em Cabo Verde de 1982 a 1986 ao serviço do Governo. O estudo foi feito tardiamente (1982/86) tendo em conta que encontrou já uma grande resistência e desconfiança da população. Poder-se-ia ter evitado muitas situações desagradáveis.

Pouco tempo depois da independência, o Primeiro-Ministro e presidente da CNCV do Partido, o Comandante Pedro Pires, dizia nesse sentido *«impõe-se-nos o estudo serio das potencialidades agrícolas e a adopção de uma política racional de água. Devemos preparar as condições para a reestruturação da nossa agricultura e a liquidação das relações injustas no campo e aumentar a produtividade»*

O ano de 1977 foi um ano em o Estado deu uma atenção muito especial à questão da Reforma Agrária.

«Unidade e Luta», órgão da CNCV - Conselho Nacional de Cabo Verde - no seu número de Julho de 1977 faz uma apreciação bastante objectiva dos problemas agrários de Cabo Verde no cap.VI, ponto 5 dizia *«REFORMA AGRARIA EM CABO VERDE PARA ACABAR COM AS GRANDES PROPRIEDADES AGRÍCOLAS, PRIVADAS E O SISTEMA DE ARRENDAMENTO»*⁴¹ Em Santo Antão o problema das grandes propriedades nem o de arrendamento não se punham.

Porém a modificação exigiria um conhecimento da realidade agrária de Cabo Verde bem como dos casos específicos de certas ilhas. Aliás, nesse mesmo ano, o presidente Aristides Pereira, terá recomendado as autoridades locais, numa das suas visitas à ilha de Santiago, que *«a nossa politica não pode basear-se na simples aplicação absoluta de medidas administrativas; há em cada caso que apresente características especiais, analisar o assunto individualmente e dar-lhe solução válida que evite problemas que daí podem decorrer»*⁴²

O Conselho de Ministros legislou sobre a Reforma Agrária, criando um novo diploma que dava nova redacção ao Decreto - Lei nº 7/75 de 23 de Agosto mais conhecido como «lei sobre o arrendamento rural». Este novo decreto que confirmava as linhas gerais da reforma agrária que vinha sendo posta em pratica no país desde a independência dizia que *«É obrigatória a exploração da propriedade rural por conta própria ou em regime de arrendamento»*.

Mais ainda, o Ministério do Desenvolvimento Rural fixava anualmente uma data limite para o inicio dos trabalhos agrícolas após o que autorizava as comissões de reordenamento agrário dar de arrendamento os terrenos não cultivados e depositar nos secretários administrativos, a ordem dos proprietários, o dinheiro da renda. Ficava desde

⁴¹ «Voz Di Povo» 23 de Julho de 1977, pag.6 " O Presidente na Zona da Reforma Agrária "

⁴² Idem

modo expressamente proibida por lei o direito dos proprietários de usarem e abusarem das terras no país onde a quantidade de terra arável por habitante é muito diminuta.

Esse decreto-lei confirma a proibição de subarrendamento que define como *«toda a situação em que o arrendatário ou parceiro cultivador entrega a um terceiro para exploração remunerada a dinheiro ou géneros, parte ou totalidade do prédio rústico que possuir em regime de arrendamento ou parceria mesmo que não houvesse contrato escrito.»*⁴³

Toda essa legislação visava dar uma maior estabilidade económica ao trabalhador da terra, eliminando intermediários que visavam obter proveitos sem participar na produção e sem disporem de um título de propriedade, desempenhando simplesmente o papel de cobrador de renda. A situação de subarrendamento muito frequente sobretudo na ilha de Santiago vinha sobrecarregando o camponês cabo-verdiano e impedindo pela injustiça notória que representava, a sua correcta participação na exploração e construção de Cabo Verde.

O I Seminário Nacional sobre Reforma Agrária que decorreu de 13 a 16 de Outubro de 1978 em Assomada, na ilha de Santiago, contou com a participação do Ministro do Desenvolvimento Rural e vários elementos do Partido e do Governo, representantes dos Ministérios da Justiça, da Educação, administração Interna bem como das Comissões Concelhias de Reordenamento Agrário.

Entre outros assuntos constavam na agenda de trabalhos: o que é a Reforma Agrária; legislação; balanço do movimento camponês. O Seminário foi aberto pelo Engenheiro Olívio Pires, Vice-Presidente da Assembleia Nacional Popular.

Em conversa com o Comandante Olívio Pires ele afirma que a lei era muito pertinente e necessária ao desenvolvimento do País. Realçou alguns aspectos importantes como a garantia da posse útil aos que trabalhavam directamente a terra. Segundo a lei “ posse útil “ confere ao seu titular o direito de exploração e fruição a título gratuito e perpétuo da unidade de produção.”⁴⁴

As limitações da lei sobre a posse útil eram a alienação ou oneração e ainda o fraccionamento, por qualquer forma dos bens adquiridos em posse útil, salvo especial autorização dos organismos competentes da Reforma agrária.

⁴³ B.O. de 5 Maio de 1982, Lei de Bases da Reforma Agrária, Cap. III/ secção III/ art. 24º

⁴⁴ Lei de Bases da Reforma Agrária, Cap. IV, secção II, art. 33

Em 1979 Cabo Verde foi uma vez mais assolado pela seca. A FAO aprovou o envio de uma ajuda alimentar de urgência no valor de 908 mil dólares através do PAM a fim de contribuir para dos agricultores cujas colheitas foram, outra vez, duramente atingidas pela falta de chuva. Ainda nesse mesmo período a FAO financiava quatro projectos agrícolas a saber de crédito agrícola, conservação de legumes frescos, de apoio ao melhoramento da produção de milho e ficheiros nacionais para inquérito agrícola.

É que a Lei contemplava no capítulo V meios de fomento agrário e medidas complementares de desenvolvimento entre eles destacam-se a criação e o aperfeiçoamento de infra-estruturas de transporte, armazenagem, conservação e distribuição; a organização e extensão rural do ensino e formação profissional agrícola e da investigação científica ao serviço do desenvolvimento rural.

*«A nossa Reforma Agrária vai trazer-nos a democratização das relações no campo»*⁴⁵ afirmava o Primeiro Ministro, Comandante Pedro Pires, durante o II Seminário Nacional da Reforma Agrária que teve lugar de 21 a 25 de Julho na capital do país.

Durante este seminário o chefe do Executivo falou a cerca dos objectivos da Reforma Agrária mostrando que além da justiça social que ajuda a estabelecer, havia também imperativos de produção e de aumento de produtividade que a pratica de mostrou ser possível através de uma reforma agrária.

O Eng.º Olívio Pires, Secretário do Conselho Nacional, esteve presente no encontro e participou em nome da Comissão política do Partido. No início da sua intervenção disse *«Após alguns anos de reflexão e estudos para o mais aprofundado conhecimento da estrutura agrária, o regime de propriedade e as suas relações sociais tecidas entre os homens no processo de produção já podemos dispor de um ante-projecto de lei das Bases da Reforma Agrária.»*

O programa do Partido e do Governo mais não fez que traduzir de forma sistematizada os anseios dos camponeses de ver prevalecer no campo um sistema de relações económica e social mais justa e capaz de favorecer o desenvolvimento da agricultura.

⁴⁵ *Jornal VP 5 de Agosto de 1981*

Pretendia com essa reforma acabar com as grandes propriedades agrícolas privadas e o sistema de arrendamento, limitar a extensão da propriedade privada rural e dar suficiente terra a todos os camponeses.

Foram adoptadas, através dessa reforma, várias medidas no processo de reestruturação agrária como a proibição do subarrendamento, a celebração de novos contratos de parceria e possibilidade de conversão em arrendamento, a nacionalização das grandes propriedades e da água, e a procura de novas fontes do seu abastecimento, a política de defesa dos solos entre outras medidas.

A adopção dessas leis requeria coragem e firmeza por parte do Governo pois que segundo o Primeiro-Ministro *«As reformas sociais tem sempre amigos e inimigos (...) A situação de rotura, de negação da ordem social anterior.»* O governo estava seguro da justeza dos seus objectivos e que deste modo iria realizar os anseios de dezenas de milhares de camponeses sem terras e pequenos proprietários.

Ao se falar da necessidade de uma Reforma Agrária partia-se da constatação evidente de que as estruturas existentes não serviam aos objectivos sociais do Partido e do Governo, pelo era preciso analisá-las para se determinar quais os obstáculos que se opunham à sua realização.

Todas essas mudanças a nível do sistema agrícola tendiam a atingir um objectivo maior, qual seja aumentar a produção e garantir que a agricultura cumprisse o seu papel no desenvolvimento do país. Nessas circunstâncias optou-se por uma solução por etapas atacando de imediato o absentismo, na realidade o principal obstáculo ao desenvolvimento dessa actividade.

A agricultura era caracterizada pela concentração das melhores terras nas mãos de um reduzido número de proprietários. A maioria dos que viviam do sector agrícola, recebiam rendimentos não investindo o mínimo ou pelo menos muito pouco na agricultura. A área cultivada total a nível nacional representava apenas 15% das área do país ou seja aproximadamente 1/7.⁴⁶

O programa do Governo estabelecia claramente os objectivos dessa reforma. O artigo 10º da Constituição da Republica na parte referente à organização económica e social estabelecia como objectivo a promoção contínua do bem-estar do povo, a liquidação da

⁴⁶ «Voz Di Povo» 22 de Agosto de 1981

exploração do homem pelo homem, e a eliminação de todas as formas de sujeição humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes.

Assim na elaboração do ante-projecto da lei o Ministério do Desenvolvimento Rural, procurou ter em conta alguns aspectos fundamentais como:

- O anacronismo do sistema de exploração da terra, que não contribuía para o aumentar a produção porque não estimulava o camponês a fixar-se na terra;
- A terra arável era exígua tendo em conta a pressão demográfica no campo;
- A estrutura agrária é múltipla, justapondo-se e entrelaçando-se várias formas de exploração;
- O facto maior do estrangulamento da produção não residia na grande propriedade explorada por conta própria mas sim na exploração indirecta;
- Outros factores decorrentes da conjuntura política e económica que presidiu a ascensão do país a independência.

Essa nova estruturação de exploração da terra era um processo que devia avançar por etapas com saltos qualitativos em momentos determinados. Inserir-se no conjunto das actividades económicas do país, no sentido preconizado pelo programa do Governo, de garantir uma harmonia entre as actividades económicas das cidades e do campo.

Um dos propósitos dessa reestruturação é de conceder a todos os camponeses, ou pelo menos a maioria, a possibilidade de terem um nível rendimento semelhante ao rendimento médio trabalhadores das cidades. Isso não era uma tarefa fácil. Os regimes indirectos deviam ser eliminados sem expulsar os parceiros e os rendeiros.

Todavia o MDRP não propunha medidas do tipo fiscal que desencorajassem a exploração indirecta e estimulassem o regresso a conta própria porque isso significaria o desalojamento de uma grande parte dos camponeses que iriam se transformar em proletário agrícola ou então engrossariam o número de desempregados dos centros urbanos.

Assim a orientação do Governo era no sentido da criação de uma lei que apontasse as vias para a liquidação dos sistemas de arrendamento - parceria e de todas as formas de

exploração indirecta, dos sistemas de” guardas”⁴⁷ e outras formas de renda de trabalho, garantindo aos camponeses o direito de uso e fruição, sem qualquer contrapartida pecuniária.

O Executivo pretendia uma lei que permitisse por etapas, ou seja suficientemente flexível, que garantisse a defesa dos interesses legítimos de todos os grupos sociais ligados à terra, que pudesse reunir o consenso nacional, que fosse aplicável dentro dos condicionalismos do país, ou seja de um clima bastante aleatória e de uma dependência acentuada do exterior.

Contudo por si só, a lei não iria resolver os múltiplos que a população rural enfrentava. Constituiria tão somente o quadro institucional que vai possibilitar ao Governo levar a cabo um certo número de medidas susceptíveis de, gradualmente, traduzir em realidades as suas aspirações.

Para que os objectivos da Reforma Agrária fossem atingidos era fundamental garantir as condições materiais e subjectivas. De entre elas destacam-se a organização eficiente das instituições previstas na lei, em particular as Comissões de Reforma Agrária, o apoio técnico e científico à extensão rural, o suporte financeiro ao crédito agrícola, o fomento das associações de camponeses, o desenvolvimento das cooperativas etc.

A implementação dessas medidas dependia da vontade e de uma acção conjunta do Estado mais as organizações de massas.

Neste contexto de reformulação das estruturas agrárias, alguns êxitos foram conseguidos como a arborização de vastas áreas do país e dos esforços de investigação ligados a tentativa de recuperação do eco-sistema. Por outro lado a valorização dos recursos hídricos nacionais, para que aumentasse, apesar das secas, o volume de água disponível.

Nesse sentido ainda o Governo estava empenhado em aplicar uma política de modo a criar no consumidor atitudes mais correctas em relação a esse bem essencial, raro e de primeira necessidade. Tal política devia passar pela organização da gestão da água de forma a evitar desperdícios que infelizmente ainda continuava a verificar no seio da população.

⁴⁷ B.O., *Lei de Bases da Reforma agrária, Cap. III, secção I, art. 10*

5.A política educativa

5.1 Principais constrangimentos - no período pós independência

A educação foi sempre uma aposta forte do governo de Cabo Verde ao longo do tempo. Desde a independência que o Estado elegeu este sector como alicerce para o desenvolvimento e, para consolidar o processo de independência, a Constituição em 1980 reforçou essa filosofia e todo um trabalho que já vinha sendo feito desde 1975. Os desafios eram gigantescos e consistiam principalmente em reduzir ao mínimo o índice de analfabetismo, capacitar e formar novos professores, melhorar as condições de aprendizagem, construir novas escolas entre outros.

Para se compreender os problemas da Educação em Cabo Verde era necessário ter em conta o processo histórico e o da sociedade de que são parte.

Antes da independência, por razões óbvias, o sistema de ensino pautou por algum desprezo da cultura e da realidade terra. A instrução concedida ao cabo-verdiano visava essencialmente a manutenção do regime existente dando aos alunos a conhecer quase que exclusivamente a Portugal.

O sistema educativo nessa época caracterizava-se por programas em nada assentes na realidade do território, os professores que eram maioritariamente da metrópole, não conheciam a cultura cabo-verdiana, existência de um número muito reduzido de estruturas adequadas em termos de escolas e equipamentos, conteúdos programáticos de algumas disciplinas como geografia e História desintegrados espaço cabo-verdiano.

A actividade desenvolvida pelo Ministério da Educação e Cultura durante o primeiro ano da sua existência consistiu no seguinte:

- Desenvolver o sentido da responsabilidade e da disciplina entre os estudantes e servidores da Educação em geral,
- Analisar as estruturas do período anterior à independência com vista a eliminar os aspectos negativos e valorizar tudo quanto possa conferir ao povo a preparação adequada à realização dos elevados fins que o Governo pretendia,

- Reformular os programas escolares e aperfeiçoar os conhecimentos dos professores através de estágios e cursos intensivos, tendo em vista que o ensino deve estar profundamente ligado ao trabalho produtivo,
- Aumentar a rede de escolas primárias e assistir os alunos oriundos das camadas mais desfavorecidas da população,
- Planificar a formação de quadros de acordo com as prioridades dos sectores ligados ao desenvolvimento do país e progressivamente criar escolas para esse fim

Estima-se a frequência em 1975/76 no ensino primário em cerca de 70 mil alunos a funcionar em 650 salas para a leccionação de 3 turmas em regime de transdobramento, pratica que implica a diminuição do número normal de horas lectivas.com a criar turmas com aproximadamente 35 alunos e a substituir as salas alugadas por outras construídas para o efeito, o Governo através do Ministério de Educação vai investir uma boa parte do Orçamento Ordinário do Estados (cerca de 20%) neste sector.

O Ministro da Educação, Carlos Reis, em entrevista concedida ao Jornal Voz Di Povo em Outubro de 1976 fazia um levantamento dos principais problemas do Ensino no país. Ele abordava a questão da precariedade em matéria de instalações escolares, facto cuja solução constituía um ponto prioritário do programa do Governo.

Segundo o Ministro, essa questão era mais grave e urgente na medida em que o número de alunos aumentava em flecha. O sistema de ensino contava, em 1976, com cerca de 190 alunos no 2º ano do curso complementar (ex 7º ano dos liceus) e cerca de 29.000 na primeira classe.⁴⁸

Esse dado estatístico prova de forma inequívoca o crescimento da população em idade escolar no país. Esse elevado número se deve à inclusão de alunos com seis anos que tinham frequentado a pré-primária, ainda que a idade mínima para a matrícula na 1ª classe fosse de 7 anos.

Posteriormente, a idade para se inscrever na 1ª classe diminui para 6, para aquelas que tenham frequentado a classe anterior de preparação.

Outra informação importante, que serve para se compreender melhor a situação em relação ao crescimento do número de alunos é em relação ao ciclo preparatório e ao

⁴⁸ «Voz Di Povo» 23 de Outubro de 1976, pag.6

ensino secundário onde também registava um aumento muito significativo dos alunos. a titulo exemplificativo em 1975 o Liceu da Praia trabalhou com 13 turmas do 1º ano do curso geral(ex. 3º ano) e 3 turmas do 3ºano do mesmo curso(ex.5ºano).No ano lectivo seguinte, 1976, o número de turmas cresceu. As do 1º ano aumentaram para 7 e as do 3º ano aumentaram para 6.⁴⁹

Uma prioridade em termos de materiais didácticos era, obviamente, reformar os programas e elaborar compêndios e manuais. Destacam-se a criação de manuais como «História de Cabo Verde para 4ª Classe e 1º ano do ciclo preparatório; «Meio Físico e Social» para a disciplina de Ciências da Natureza para 3ª classe, tendo como objectivo a observação e explicação do meio físico e social de Cabo Verde, devidamente enquadrado no contexto africano e perspectivado para a unidade Guiné _ Cabo Verde. Ampliação e melhoramento dos manuais de Geografia nacional. Também foi dada uma atenção aos textos utilizados na língua portuguesa em todos os níveis de ensino.

Um dos grandes males deixados pelo regime anterior era a elevada percentagem de analfabetismo (cerca de 25% da população) e outra percentagem grande de cidadãos que não completaram a instrução primária. O Governo vai dar uma atenção especial ao combate deste mal social. Foram criadas comissões de trabalho funcionando na Praia e no Mindelo para formar grupos de alfabetizadores que iriam trabalhar junto dessas camadas sociais tão frágeis.

Segundo o Ministro da Educação, Dr. Carlos Reis, uma grande dificuldade encontrado no avanço da alfabetização deve-se a inexistência de quadros que pudessem dedicar – se exclusivamente a essa tarefa e, em ligação com sectores afins, no quadro de educação de adultos, criar condições que garantissem a sua continuidade. Todos os elementos que integravam as comissões de alfabetização desempenham outras tarefas. A experiência tinha mostrado que era necessário ter alguns técnicos que pudessem dedicar apenas a educação de adultos. Muitos dos alfabetizadores são estudantes jovens que terminaram os estudos liceus e logo não tinham a formação necessária para desempenhar essa função.

Uma prioridade do Ministério nessa área, era preparar de modo a que pudesse ter uma experiencia nacional, de acordo com a realidade do país e só depois tentar aplicar os conhecimentos adquiridos com a visita que o Professor Doutor Paulo Freire, pedagogo brasileiro, residente em Genebra, numa visita de dez dias que fez ao país.

⁴⁹ «Voz Di Povo» 23 de Outubro de 1976

Cientista da linguagem internacionalmente reconhecido, um dos nomes mais prestigiados da pedagogia do século XX, pelo seu trabalho no campo de alfabetização de adultos entre outras, esteve em Cabo Verde a convite do Governo de Cabo Verde, para ajudar a encontrar formas de minimizar essa questão que constitui um entrave ao desenvolvimento.⁵⁰

De acordo com as palavras do Ministro *«os contactos com o professor Paulo Freire, para além do domínio da alfabetização, nos têm ajudado grandemente a perspectivar melhor aquilo que é normalmente designado de educação formal: o dinâmico papel da escola junto das da comunidade, a influência desta sobre aquela etc., isto quer dizer, que para nós falar de alfabetização é também falar e ter em devida conta, a importância da frente preventiva (...) pelo esforço de escolarização feita pelo Governo abrangendo uma importante percentagem da população total que se situa como se sabe entre os 23 a 24%»*⁵¹

Outros encontros seriam realizados nos anos subsequentes abordando esse problema social, cuja solução era uma prioridade. Destaca-se em finais de 1979 um seminário de formação de coordenadores regionais de alfabetizadores que teve lugar em São Vicente entre os dias 3 e 4 de Outubro, e como já vinha sendo hábito nos anos anteriores sob orientação do cientista Freire.

Financiado pela UNESCO (Organismo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura) esse seminário contou com as presenças de uma representante desse organismo Dr.^a Ruth Lazarus, um representante da Educação na República irmã da Guiné-Bissau e ainda o Director de Produção da BBC da Universidade Aberta de Londres.

Este seminário que veio na sequência de um outro realizado em Maio do mês ano na Praia, teve como principal objectivo a preparação de quadros destinados a implantação de estruturas de alfabetização nos diferentes concelhos do pai, capacitar alfabetizadores, coordenadores bem como zelar pelo bom funcionamento dos círculos de cultura.

Tanto para Dr. Corsino Tolentino, 1º Secretário do Partido da Região de São Vicente que presidiu a abertura do Seminário como para Paulo Freire, que o orientou, conhecimento profundo da realidade em que vivem os alfabetizandos é uma condição indispensável para o futuro trabalho dos coordenadores da alfabetização.

⁵⁰ «Voz Di Povo» Março de 1976, "O Pedagogo Brasileiro Paulo Freire visita o nosso país"

⁵¹ Idem, 23 de Outubro de 1976

5.1.1 Levantamento dos principais problemas

De acordo com a planificação prevista par o ano lectivo 1977/78, e dando cumprimento as conclusões do encontro nacional de quadros da Educação, foram realizadas varias actividades para a implementação em todas as escolas do novo sistema de ensino, cujos objectivos fundamentais eram de estabelecer a ligação escola-família, escola-comunidade e escola – trabalho. Ligado ao tema Escola - Família, além das reuniões regulares, promoveram-se colóquios nas Escolas Praia e do Fogo com representantes dos Assuntos Sociais e uma significativa participação dos pais e encarregados de educação.⁵²

Em todas as escolas havia as comissões de trabalho produtivo que integravam professores e alunos empenhados na resolução dos problemas relacionados com a vida escolar, arranjo, conservação e embelezamento do espaço escolar através da jardinagem arborização, num espírito de ajudar e colaboração, nas aulas de trabalhos manuais, os alunos do ciclo preparatório das ilhas mais urbanas, produziam brinquedos e outros materiais que eram para oferecer a secção de Pediatria do Hospitais.

Ainda no intuito de ligar a escola à comunidade/ trabalho, um exemplo digno de registo aconteceu na vila do Tarrafal em Santiago onde os alunos da escola preparatória vão ampliar as suas instalações com a construção de um alpendre destinado a cantina e sala de estudo.

Esses mesmos alunos, organizados em grupos de trabalho pelos professores e direcção da Escola, deslocam-se com regularidade ao colonato “ Titina Silá” onde entre outros trabalhos fazem a limpeza das bananeiras e recolhem folhas que depois de secas são utilizadas como material para a cobertura do referido alpendre. Ainda neste mesmo concelho teve lugar uma experiencia interessante de um pai que se deslocou à escola para ensinar os alunos a confeccionar pão e bolacha.

Outro exemplo da ponte escola / trabalho, aconteceu na Escola Comercial e Industrial do Mindelo, onde toda a equipe escolar vai se envolver no projecto de aumentar as suas

⁵² «VOZ DI POVO» 24 de Dezembro de 1977, pag.2 “Panorama da Educação em Cabo Verde no ano Lectivo de 1977/1978”

instalações com a construção de uma oficina de electricidade totalmente construída com os recursos da própria escola.⁵³

Em Santo Antão alunos e professores deslocaram-se a zonas de trabalho com *pozolana*, onde os alunos vão ver “*in loco*” como se trabalha com essa matéria-prima muito utilizada no país. No Concelho da Ribeira Grande, por iniciativa da Delegação escolar, fez – se o lançamento do primeiro nº do boletim” Escola”

No ano lectivo de 1977/78, através dos meios que lhe são próprios – jornais de parede, palestras, colóquios, filmes, slides, conferências – a comunidade educativa pretende:

- Orientar o ensino de acordo com conjuntura actual do país, segundo uma visão clara das possibilidades e dificuldades
- Dar ao aluno uma visão correcta de Cabo Verde e do mundo, em interdisciplinaridade com os estudos sociais
- Despertar o espírito criador e sentido de disciplina, organização e responsabilidade dos alunos, através de iniciativas como murais da turma, florais, concursos de desenhos em interdisciplinaridade entre as várias disciplinas
- Valorizar o trabalho dos alunos através da exposição os mesmos.
- Despertar o sentido de solidariedade em relação as causas justas

Dentro deste novo sistema de ensino, mencionado anteriormente, criado para o ano lectivo 1977/ 78 também foi analisado a calendarização do ano escolar. Constituía prioridade ter mais cuidado e planificação nessa matéria. No ano da independência, as aulas tiveram inicio a 1 de Dezembro e ano escolar só terminou a 10 de Setembro.

Para 1977/78 previa um ano lectivo de nove meses com inicio a 1 de Outubro e fim a 30 de Junho. O ano escolar deveria prolongar-se até 10 de Agosto altura em que seriam realizados efectuadas as provas finais de avaliação e os trabalhos estatísticos.

⁵³ Convém aqui realçar uma informação importante nesta Escola, é que a Direcção com o patrocínio de algumas casas comerciais da ilha fornecia refeições quentes a todos os alunos. Segundo o Dr. Vladimir Martins que foi professor nesta escola no ano lectivo 1977/ 1978 essa pratica funcionou durante algum tempo

De acordo com o Ministro algumas alterações deveriam ser feitas, nomeadamente quanto ao sistema de avaliação dos conhecimentos dos alunos, porém não se podia fazer alterações de fundo enquanto não forem criadas as condições necessárias à renovação completa do sistema educativo.

No I Encontro Nacional de Educação e Cultura que decorreu em São Vicente de 29 de Agosto a 3 de Setembro de 1977, que contou com a presença da Primeiro-Ministro, Comandante Pedro Pires, foi debatido e aprovado o projecto de reforma do ensino em Cabo Verde e o plano para o novo ano escolar.

De acordo com o preâmbulo do projecto *«todo o sistema de ensino tem uma baixa qualidade técnica, com programas extensos, sem qualquer relação com a realidade nacional, essencialmente teóricos, com absoluto desprezo pelo trabalho manual»*

No dizer do Primeiro-Ministro *«o país independente tem necessidade de um ensino diferente, de um ensino nacional, democrático, que permita a entrada de muito maior quantidade de gente de camadas sociais diferenciadas mas também de um ensino progressista, que esteja virado para o avanço do país e para a apreensão de todas as aquisições e validas para a Humanidade»*⁵⁴

De 1975 a 1980, o sistema do ensino sofreu algumas transformações. O novo sistema fixava os seguintes níveis:

- Pré - escolar
- Ensino Básico – que se subdividia em elementar (1ª a 4ª classes) e Complementar (5ª e 6ª classes)
- Ensino Secundário – que se subdividia em liceal (cursos Geral e Complementar) e Técnico
- Formação de Professores – quer para o ensino Básico quer para o Secundário.⁵⁵

⁵⁴ «Terra Nova» Abril de 1977 pag. 5”Discutido e Aprovado o projecto do novo sistema de Ensino em Cabo Verde”

⁵⁵ República de Cabo Verde, 5 Anos de Independência, Comissão do V Aniversário da Independência Nacional, pag.60

5.2 Programa Nacional das Cantinas Escolares

No concelho da Praia, onde foram construídas três Escolas Preparatórias, no campo social a orientação do Ministério da Educação e Cultura vai no sentido de resolver situações várias no domínio sócio-económico como distribuição de leite as crianças do ensino primário e preparatório, fornecimento de materiais escolares, transportes de alunos, equipamento e arranque das cantinas.

Existia no Ministério o DASE – Departamento de Acção Social Escolar – que dispunha de recursos muito limitados para o vasto campo de acção. Porém, as escolas em estreita colaboração com as famílias, procuravam resolver os casos de maior gravidade. O Governo, através do sector da educação, lançou um apelo às famílias no sentido de se associarem as cantinas cujo arranque estava para breve em várias ilhas principalmente nas rurais onde as distancias a percorrer pelos alunos são maiores. Essas cantinas pretendem servir uma refeição quente as crianças.

Consciente que isoladamente não podia fazer resolver todos os problemas que lhe eram afectos ao Ministério, tem pedido e conseguido a colaboração de outros departamentos do Estado nomeadamente o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, Ministério do Desenvolvimento Rural, do Instituto Cabo-Verdiano da Solidariedade e ainda da Cruz Vermelha.⁵⁶

Enquadrado nos esforços do Ministério, através do Departamento da Acção Social Escolar para a suplementação alimentar e dinamização de cantinas, inaugurou-se no dia 13 de Abril de 1978 a distribuição da primeira refeição quente numa escola na ilha de Santiago, nos arredores da Capital, mais precisamente na localidade de Tira-Chapeu. Esta iniciativa reveste-se de uma importância extraordinária para Cabo Verde, porque uma grande percentagem das crianças eram extremamente carenciadas e iam a escola muitas vezes sem uma alimentação adequada que lhe permitisse aprender e apreender os conteúdos.⁵⁷

A partir desta iniciativa o grande desafio do Governo foi alargar esse projecto a várias, senão todas as escolas do país. Cabo Verde vai contar com a ajuda dos organismos da ONU nomeadamente o PAM - Programa Alimentar Mundial - consequência de um

⁵⁶ «Voz Di Povo» 24/12/77, pag. 2” *Programa de Educação em Cabo Verde no ano lectivo 1977/1978*

⁵⁷ «Terra Nova» Abril de 1978, pag. 5

Acordo assinado entre essas duas entidades. Nesse âmbito o projecto vai ser estendido a outras ilhas como a São Nicolau, São Vicente, onde chegaram géneros alimentares, equipamentos para as cantinas e ainda um carrinha, e São Antão.

Para além da suplementação alimentar o Departamento da Acção Social Escolar propõe também resolver o problema dos Transportes aos alunos que moram a mais de 5 quilómetros da escola. Os pais deveriam colaborar apenas com 25 % do custo, sendo 50% uma concessão das entidades responsáveis e 25% dos fundos da D.G.S.E. - Departamento da Acção Social Escolar.

Contudo a resolução desses desafios não se resolveriam em passo de mágica, querendo com isso dizer que ao longo dos anos até, ao presente, diga-se de passagem, continuam sendo verdadeiros desafios para o Estado. Ainda em 1985, o responsável máximo da Educação no país, numa visita feita à ilha de Santo Antão vai continuar a deparar-se com esses problemas.

Nessa visita o Dr. Corsino Tolentino fez-se acompanhar de uma vasta delegação entre eles se destacam o Director Regional da Educação, o Inspector Escolar da Região de Barlavento, a Directora do Ensino Extra-Escolar e a Responsável do Programa Alimentar Mundial em Cabo Verde, a Sr.^a Ivete Neto.

Segundo a sub-inspectora, o Ensino Elementar no concelho do Porto Novo estava dividido em três zonas - Vila, Sul e Ribeira das Patas. Neste período havia 42 estabelecimentos de ensino, sendo 31 edifícios do Estado, sete casas alugadas e quatro cedidas por particulares e outros serviços estatais. Havia 2438 alunos de todas as classes e sexos perfazendo 83 turmas que são assistidas por 71 professores dos quais a maioria trabalhava em regime “normal”. Desses três possuem o curso de Magistério Primário, dois são contratados, cinco monitores e 61 são professores de posto.⁵⁸

Ainda foi levantado o problema de falta de salas situação que obrigava os professores a trabalharem em regime de transdobramento. Outra questão já muito antiga era de transportes escolares para professores e alunos. Respondendo a essa preocupação o Ministro dizia *«Quanto a transporte pelo menos para essa década é impossível resolver*

⁵⁸ «Voz Di Povo», 16 de Junho de 1985

essa questão. O orçamento da Estado não dá para solucionar a curto prazo o problema e por outro lado há outros casos prioritários. No entanto há hipótese de subsídios»⁵⁹

A Responsável do Programa Alimentar Mundial esteve presente para analisar e avaliar a implementação do programa de cantinas nas escolas naquela ilha. Sendo em Santo Antão, as distancias muito acentuadas e tendo em consideração o nível económico da maioria dos pais era frequente que fossem para escola desprovidas de uma alimentação adequada o que contribuía para o fraco rendimento escolar e subseqüentemente o abandono.

5.3 A Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário - EFPES

Sendo uma grande aposta e preocupação do Governo a capacitação dos professores, foi inaugurado na Praia, solenemente, no dia 22 de Novembro de 1979, os cursos universitários para a formação de professores do ensino secundário, com o grau de bacharelato.

Os cursos da Escola de Formação de Professores, ainda na sua fase embrionária, porém pioneira no país, seriam ministrados por professores catedráticos portugueses e compreendiam as disciplinas de Matemática, Historia, Físico-Químicas, e Ciências Naturais ramos cujas necessidades de professores mais se faz sentir.

A criação deste centro enquadrava-se na política educativa do Governo de fazer uma reforma de ensino, adequada a nova realidade nacional, que para tal era necessário formar quadros, condição “*sine qua non*” para o desenvolvimento do país.

«A realização deste curso pode constituir algo de muito importante na consciencialização da nossa capacitação e potencialidade do país e de nós mesmos» afirmava o Primeiro-Ministro, Comandante Pedro Pires, no seu discurso de abertura, deste acto solene. O Ministro da Educação classificou essa iniciativa de *«uma vigorosa manifestação da nossa capacidade de sermos independentes e da nossa certeza no futuro do país.»*⁶⁰

Um ano lectivo passado sobre a abertura da referida escola, fazendo um balanço de como decorreu o primeiro ano e constatou algumas insuficiências nomeadamente a nível de

⁵⁹ *Idem 20 de Abril 1985*

⁶⁰ *Voz Di Povo, 3 de Novembro de 1980 “ Escola de Formação de Professores Iniciado novo ano lectivo”*

falta de materiais didácticos e também falta de recursos humanos. Com vista a superar essas dificuldades o Ministério, através de entidades ligadas à Escola não hesitou em recorrer a cooperação com países parceiros de Cabo Verde na senda do Desenvolvimento.

Foi assim que chegaram ao país docentes da RDA nos domínios da Física, Química e Pedagogia, para além dos portugueses que eram em maior número e que estavam envolvidos nesse projecto desde a primeira hora. Além disso também a Escola também como a investir em formar um corpo docente com técnicos nacionais que trabalhavam, lado a lado com os professores estrangeiros.

Uma inovação, para o ano lectivo 1980/81, foi a introdução da disciplina de Português. O número de alunos inscritos aumentou e isso é visto como sinal positivo.

No segundo ano de funcionamento da Escola de Formação de Professores, um constrangimento que se afigurava de maior gravidade segundo a Directora da Escola era de cariz sócio-psicológica pois que nas palavras dela” o Curso não dispõe de grande número de alunos nos ramos técnicos e isso se deve, em parte, a uma certa mentalidade do estudante cabo-verdiano de que se obtém um curso de nível, num país desenvolvido.”

Em conformidade com a Constituição da Republica aprovada em 1980, no seu artigo 15º dizia:

1.«A educação visa a formação integral do homem. Ela deverá manter-se estritamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso.

2.«O Estado considera a liquidação do analfabetismo tarefa fundamental.

5.4 Rádio Educativa: um meio de formação para o desenvolvimento

1980, ano marcante, na história do país por razões da mais variada ordem e em diversos sectores. A nível da educação, mais concretamente, foi da criação da Rádio Educativa.⁶¹

⁶¹ »Voz Di Povo», 2 de Novembro de 1979, pag. 4” Rádio Educativa Tornada Possível”

Ajudada a montar, equipada e com técnicos nacionais preparados pela UNESCO a rádio educativa, que é uma modalidade divulgada e utilizada já em muitos países em todos os continentes, chega a Cabo Verde. É um instrumento mundialmente reconhecido como extremamente eficiente não só na Educação Formal mas também na divulgação muito diversificada mais diversos conhecimentos para os adultos ou qualquer camada da população e como instrumento de desenvolvimento através da participação das populações na transformação das suas condições de trabalho, de alimentação, saúde, educação entre outras.

A rádio educativa é um projecto que visa chegar de forma menos dispendiosa mas mais eficaz e rápida às camadas da população que não tem acesso aos outros meios de comunicação de massas como os jornais e a televisão. É um meio do através do qual se passar uma serie de mensagens úteis de todos os departamentos do Estado.

Os ouvintes desta rádio, recebem em casa os programas que lhes são destinados, e estão inseridos num determinado esquema de recepção organizada de modo que possam discutir, tirar dúvidas, avançar propostas de alteração etc.

Determinadas comunidades podem mesmo produzir o seu programa localmente enviando depois a gravação para a emissora central, a partir de onde a sua experiencia é divulgada para todo o país, anulando distâncias, fazendo avançar o país e contribuindo para o progresso conjunto em ordem ao desenvolvimento global das condições de vida.

A iniciativa da Rádio Educativa em Cabo Verde resultou da iniciativa do Governo que soube cativar a cooperação com a UNESCO para a aquisição de equipamentos bem como do melhoramento das infra-estruturas já existentes. Dezanove técnicos de vários sectores e de diversos domínios da actividade nacional receberam formação específica para a produção da Rádio Educativa.

Técnicos do Departamento da Alfabetização e do Gabinete de Estudos da MEC, da Direcção – Geral da Agricultura do MDR, do Instituto Nacional das Cooperativas, professores do Ensino Primário, animadores assistentes sociais, especialistas da Saúde e da Protecção Materno-Infantil e educadores de infância frequentaram formações conferidas por técnicos da UNESCO- dois brasileiros e um português – nos domínios da produção e recepção radiofónica.

5.5 O Ensino Pré-Escolar

Novo Governo é empossado a 15 de Fevereiro de 1981 no Salão 5 de Julho do Palácio do Presidência da República. A nova equipa governamental sofreu pequenas modificações, sendo a mais significativa a entrada do Dr. José Eduardo Figueiredo Araújo, novo titular da pasta de Educação e Cultura.⁶²

Volvidos os primeiros cinco anos da independência é momento de se fazer um balanço de todo o trabalho feito, das vitórias conseguidas, das batalhas que foram travadas e do muito que havia ainda por fazer neste sector fundamental para ao desenvolvimento do país.

Até então a educação do sector infantil não estava enquadrada no sistema de ensino. Verificava-se um devassamento porque não havia um trabalho contínuo e sistemático entre o Jardim-de-infância e a escola primária e era essencial uma melhor orientação das crianças que careciam de aproveitamento para transitarem para a escola. Esta realidade constituía um dos factores responsáveis pelos fracos índices de aproveitamento dos alunos nos primeiros anos de escolaridade.

Assim se explica o I Encontro Nacional das Educadoras Infantis realizado em 1981 entre os dias 9 e 10 de Abril, em São Vicente. Esse encontro veio na sequência das conclusões do Encontro de Quadros de Educação Infantil que tivera lugar na capital em Dezembro do ano transacto. De acordo com os relatórios apresentados pelas participantes, um dos principais problemas era na falta de interligação jardim-escola. Ainda os relatórios recomendavam intensificar o trabalho junto dos pais no sentido de os fazer responsabilizar também pela educação integral dos seus filhos.⁶³

Em 1985 foi realizado o VI Encontro Nacional de Educadores de Infância que decorreu durante quatro dias na capital. Participaram 48 participantes oriundos de diversos organismos e instituições intervenientes na Educação Infantil do país. Entre os participantes destacaram-se a presença de alguns psicólogos e psico-pedagogos que muito constituíram uma mais-valia ao encontro.

⁶² «Voz Di Povo», 23 de Fevereiro de 1981, “Novo Governo de Cabo Verde”

⁶³ «Voz Di Povo» 13 de Abril de 1981

O encontro propôs que fossem promovidos novos cursos de formação de monitores infantis tendo em conta a necessidade de mais quadros capazes de dar resposta ao número cada vez maior de crianças que afluíam aos jardins infantis.

O Departamento de Acção Social Escolar – DASE – através de uma equipa de orientação pedagógica iria elaborar documentos e cadernos para suprir as dificuldades relativamente a iniciação escrita, noções de matemática, linguagem, música e educação física.

Ao encerrar os trabalhos o Ministro da Educação, Dr. Corsino Tolentino, punha a tónica nos problemas da educação pré-escolar em Cabo Verde e no seu enquadramento no país. Mais uma vez se debruçou sobre o “velho” problema da articulação entre a educação e os outros níveis de ensino.

Muitos pais, até então, mandavam os seus filhos para os jardins não só para receberem uma educação pré-escolar mas também para terem acesso ao ensino básico ainda com idade inferior àquela estabelecida pela lei vigente no país.

Essa realidade criava uma situação de privilégios para uns em detrimento de outros, pois nem todas as crianças têm a mesma possibilidade de frequentar os jardins. Analisando essa questão, o responsável da pasta da Educação dizia que *«não vamos continuar a autorizar pontualmente que as crianças dos jardins entrem para o ensino básico elementar com idade inferior àquela que está estabelecida. Isto porque estaríamos a criar uma categoria de privilegiados na sociedade que queremos transformar num sentido diferente.»*⁶⁴

Para o Governo a idade de entrada nos jardins era bastante preocupante. Admitem-se crianças com quatro anos, contudo isso criava outro problema que é o desfasamento entre o fim do período em que devem passar do jardim para o ingresso na escola. Para resolver esta questão o Ministro apresentou duas soluções possíveis: a primeira era de aumentar para cinco a idade de frequência para o jardim, o que significava que todas as crianças saíam em igualdade de circunstância. A segunda seria baixar a idade geral de entrada no ensino básico isto é, em vez de sete anos as crianças começarem com seis.

Essa segunda hipótese, viria porém a criar um outro problema no futuro, que foi o de se terminar o ensino obrigatório muito cedo e, como a maioria não tinha a possibilidade de

⁶⁴ IV Encontro Nacional de Educadores de Infância que teve lugar na Paria em Agosto de 1985 que contou com a presença de 48 participantes oriundos de diversos organismos e instituições intervenientes na Educação Infantil em Cabo Verde

continuar os estudos, acabavam por ficar ociosos por não poderem ter acesso ao mercado de trabalho por falta de idade.

5.6 - A Formação Técnica e Profissional

O sistema de educação herdado em 1975 não se adequava a realidade no país. Condicionava a mentalidade das pessoas por se destinar a justificação permanente do sistema político existente que era essencialmente teórico e divorciado da realidade cabo-verdiana. Reestruturar o sistema educativo era um acto de libertação e de descolonização.

Contudo, esse sistema não conseguiu destruir a identidade do povo cabo-verdiano. Isso ficou a dever-se em parte, a fraca cobertura escolar do país e principalmente à resistência cultural da população que se estendia as próprias escolas.

Em 1977 foi realizado o Encontro Nacional de Quadros da Educação, cuja importância consistiu na definição da missão da Educação em Cabo Verde que *«era de participar validamente no seu terreno de acção na luta pela edificação de uma nova sociedade»* ainda se proclamou a decisão de capacitar a juventude de forma a torná-la sujeito activo de transformação radical da vida do povo. Foram ainda lançadas as bases da reforma do ensino, cujos principais princípios foram consagrados pelo III Congresso do Partido e tiveram acolhimento na constituição da Republica.

Com efeito para melhorar o sistema de educação o Governo apostava no ensino técnico. Nessa perspectiva foi realizado um seminário no liceu em São Vicente, de 3 a 7 de Maio de 1982, tendo como objectivo reflectir sobre a problemática da formação profissional. Neste seminário participaram quarenta e três nacionais em representação dos Ministérios da Educação e Cultura, Desenvolvimento Rural, Saúde e Assuntos Sociais e Transporte e Comunicações, a Secretaria de Estado do Planeamento, do Instituto Nacional das Cooperativas, das Organizações de Massas entre outros departamentos do Estado.

Estiveram presentes também internacionais como o PNUD, o ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), o BIT (Bureau International du Travail) e FAO, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Itaúna, Brasil.

No seu discurso de abertura do seminário o Ministro da Educação e Cultura, Dr. José Araújo, salientou que a educação deve ser funcional e utilitária, associando a teoria a prática, o trabalho manual ao intelectual e que *«a educação como sistema de formação de homens, de produtores, tem de assumir plenamente a sua parte de responsabilidade, aumentar a valorizar a sua participação na obra de reconstrução nacional. Assim a Educação deve-se desenrolar-se no plano da mais correcta observância do princípio da ligação Escola - Vida, do estudo ao Trabalho»*⁶⁵

O difícil problema da formação de formadores foi analisado durante o seminário. Segundo o Ministro essa tarefa ficaria a cargo do Instituto da Formação Profissional Extra-Escolar, organismo que estava sendo instalado nesse período. O objectivo essencial era o planeamento era a coordenação das acções de formação dirigidas aqueles que já se encontravam em actividade nas unidades de produção e aos aprendizes que devem integrar de imediato essas unidades de serviço.

Em 1980 o país dispunha de algumas instituições voltadas para a formação profissional, sendo quatro no âmbito escolar e uma a nível extra-escolar.

A Escola Industrial e Comercial do Mindelo - ECIM - é mais antiga do país. Iniciou a sua actividade no ano lectivo 1958/59 ministrando cursos de Administração e Comércio, Electricidade, Mecânica, Construção Civil e Formação Feminina. O seu embrião, a Escola Técnica Elementar, começou a funcionar em Outubro de 1956. A frequência de alunos aumentou sempre ao longo dos anos, sobretudo depois da independência - no ano lectivo 1974/75 a escola contava com 420 alunos inscritos para cinco anos mais tarde, no ano de 1981/82 registar 608 alunos.⁶⁶

Por esta instituição, passaram varias centenas de alunos que receberam uma formação bastante sólida e que deram um excelente contributo ao desenvolvimento do país quer no sector industrial quer no do comércio e administração. A ECIM estava neste período, numa fase de reestruturação e ampliação do seu espaço, obra financiada pela Bélgica e com assistência técnica do Bureau Internacional Du Travail (BIT).

Duas escolas do Magistério Primário, uma em São Vicente e outra na Praia, formam professores para o ensino básico elementar. Cursos com duração de dois anos, onde se ingressa com o curso geral dos liceus ou equivalente. Esta escola teve ao longo dos anos

⁶⁵ Voz Di Povo, 8 de Maio de 1982 pag.4

⁶⁶ «Voz Di Povo» de 8 de Maio de 1982

um papel fundamental, no alagamento da educação a todas as ilhas pois que um dos principais constrangimentos a massificação do ensino básico elementar era a falta de professores com formação para transmitir os conhecimentos aos alunos. Essas duas escolas vieram colmatar um vazio que há muito se fazia sentir a nível nacional.

Com carácter não permanente, vinha funcionando Escolas para formação de enfermeiros auxiliares, em cursos de dois anos e meio, nos principais centros urbanos do país. Essa iniciativa tem permitido satisfazer as necessidades imediatas embora não chegasse para dar resposta total as solicitações resultantes do alargamento dos serviços assistenciais.

A escola de cabotagem, instituída em 1971, também constitui outra iniciativa a nível de formação técnica em Cabo Verde. Realizava cursos de oficiais de cabotagem e de sub-oficiais de máquinas, além de cursos de actualização profissional destinados aos marítimos.

A única unidade de formação extra-escolar era o CENFA – Centro de Formação e aperfeiçoamento Administrativo - cuja actividade visava a formação profissional na área de administração pública. Foi criado em 1977, inicialmente para formar quadros administrativos para as categorias de compreendidas entre 1º oficial e chefe de departamento ou equivalente. Todavia logo, outras acções de formação começaram a ser empreendidas em diversos sectores particularmente na saúde e a assuntos sociais. Foram realizados neste centro cursos de animadores sociais, micrologistas, e educadores infantis, auxiliares de nutrição, agentes sanitários de base, auxiliares sociais e agentes de luta - anti-palúdica.⁶⁷

No sector de construção civil realizaram cursos elementares de formação de desenhadores e topógrafos. No sector da agricultura a formação do CENFA esteve circunscrita a formação de técnicos agrícolas com o apoio internacional. Também foram realizadas formações no sector das pescas, do Turismo e Hotelaria.⁶⁸

5.7 - A Capacitação de Quadros

Esta matéria é um constante desafio para o Governo em todos os departamentos do Estado. No sector da educação, para além de criação de recursos materiais, como escolas,

⁶⁷ «Voz Di Povo», 28 de Janeiro de 1978, pag.4 “Centro de Formação e aperfeiçoamento Administrativo”

⁶⁸ *Idem*, 22 de Novembro de 1978, pag. Centrais” Os nossos quadros devem fazer de Cabo Verde o seu centro de Interesse” Pedro Pires na abertura do CENFA

cantinas, também era necessário não descurar da valorização dos recursos humanos disponíveis e formação de novos quadros para dar resposta a demanda cada vez maior a nível nacional.

É nesse contexto teve início em São Vicente um seminário de Superação dos professores do Ensino Elementar que decorreu na Escola Preparatória “Jorge Barbosa” em que participaram um total de cem professores de Posto oriundos de diversos pontos do país. Com a duração de aproximadamente um mês, essa iniciativa permitia que os participantes adquirissem alguns conhecimentos ligados ao ensino, bem como a superação de inúmeras falhas.

Fazendo uso das palavras do Ministro da Educação que durante a sua alocução no acto de abertura do referido seminário *«Os problemas da Educação são os problemas do subdesenvolvimento. É por isso que a taxa de professores formados pelo Magistério Primário é baixa., mas é por isso que nós temos o regime de desdobramento, porque ele é próprio do regime de países subdesenvolvidos que tem um programa social que querem realizar e que exige que se ponha escolas ao alcance das crianças sem discriminação.»*⁶⁹

Nessa luta de capacitar os quadros que trabalham no ensino secundário foi realizado um seminário para os monitores de Educação Física de modo torná-los cada vez mais capazes e aptos no desempenho das suas funções. Assim teve lugar o primeiro curso Educação Física em que participaram vinte e dois alunos que iriam reforçar a leccionação desta disciplina a nível das escolas secundárias.

Em entrevista concedida ao Jornal Voz di Povo a 3 de Setembro de 1982, o Responsável da pasta da Educação fez uma análise acerca de vários aspectos ligados ao sector, reafirmando a falta de professores como um dos obstáculos cruciais ao avanço da Ensino. Segundo o ministro, o Governo era obrigado todos os anos a recorrer a professores estrangeiros, principalmente em Portugal, em regime de cooperação.

Para o Dr. José Araújo só havia duas vias para resolver o problema da falta de professores nacionais: ou o recurso a cooperantes ou o recurso a técnicos que trabalham noutros serviços em regime de acumulação. Continuando o Ministro afirmava que *«ambos os sistemas tem as desvantagens. Infelizmente vamos continuar a utilizar uns e outros porque a nossa gente não está muito inclinada para o professorado. Por exemplo, dos*

⁶⁹ «Voz Di Povo», 23 de Agosto de 1982, pag.4” Professores do Ensino Primário em superação no Mindelo”

estudantes que pedem bolsa são muito raros aqueles que pedem para ramos ligados a docência»⁷⁰

Analisando as causas que explicam essa situação, o Ministro apontava em primeiro lugar ao prestígio que se ganhava noutras profissões enquanto que na docência isto não acontecia e porque o ensino tem muito de missão, por outro lado havia o problema financeiro. A docência é uma carreira muito mal remunerada comparada com outros técnicos que trabalham em empresas ou mesmo no ministério da educação.

Reconhecendo isso, o Ministro afirmava que essa disparidade ia deixar de existir, os docentes licenciados passariam a partir dessa altura a ser classificados da mesma forma que os outros técnicos licenciados, ficando ambos em igualdade.

Mas aquela situação continuava a exercer influencia em certos espíritos. Como forma de solucionar a questão de falta de quadros, muitos questionavam a hipótese de se criar uma escola de formação em São Vicente. Do ponto de vista governamental essa ideia era ainda muito prematura.

É que os estudantes que queriam ir estudar na capital tinham direito a bolsa de estudo paga pelo Estado. Logo não ficava muito dispendioso deslocar-se. Em segundo lugar, o curso e a escola têm vida interna, que ficaria mais empobrecida se seus quadros se dispersassem. Não havia ainda muitos alunos, nem muitos professores, logo era-se obrigado a ter contribuições de professores estrangeiros, seja em regime permanente seja em regime de seminários.

Os poucos recursos materiais e humanos deviam ser concentrados para se poder elevar o nível do curso de modo a se ter uma escola com um nível de qualidade superior.

Nesse âmbito de formar quadros cada vez mais necessário ao país foi realizada a 4ª sessão da Comissão Mista Cabo Verde/ Cuba que se queria ser um marco na cooperação que desde há muito existia entre os dois países. Esse encontro que culminou com assinatura de protocolo de cooperação científico-tecnológico abrangendo áreas como saúde, educação entre outros.

O documento assinado fixava modalidades de cooperação como assistência técnica, concessão de bolsas de estudos, estágios, formação de quadros técnicos, troca de documentação técnica e intercâmbio de delegações.

⁷⁰ *Idem*, 3 de Setembro de 1982, pag.5, “A crise no Ensino é um sinal do Desenvolvimento do País”

As perspectivas quanto a bolsas de estudo e formação de quadros foram desde o início excelentes, em parte, graças ao prestígio conquistado pelo PAIGC durante a luta pela independência. Inicialmente os quadros foram-se formar no exterior, contudo o Governo cedo começou a tomar as iniciativas necessárias para criação de escolas para esse fim.

O Ministério da Educação e Cultura, apostava principalmente na continuação dos estudos iniciados em Cabo Verde - no liceal e no técnico - para frequência de cursos médios e superiores ou especialização de quadros ligados a educação. As bolsas referentes aos outros departamentos do Estado são orientadas directamente pelos respectivos departamentos através da Direcção Nacional da Cooperação, dependente do Gabinete do Primeiro – Ministro.

No ano lectivo 1975/76 seguiram um total de 191 bolseiros directamente da Direcção Nacional de Cooperação, dependente do Gabinete do Primeiro Ministro, distribuídos pelos diferentes países como Portugal, URSS, Roménia, França, Cuba, Ghana, entre outros. Em 1976/77 foram atribuídos mais bolsas de estudo de acordo com os recursos e as necessidades. Outros países parceiros de Cabo Verde desde a primeira hora, na área de formação são Angola, Brasil, RDA e Argélia.⁷¹

No âmbito de solucionar a questão de falta de escolas existentes no país viu-se a necessidade de criar mais cinco escolas preparatórias em diversas ilhas, devidamente equipadas com materiais necessários ao bom funcionamento das mesmas de modo a responder as demandas da população que tendia crescer cada vez mais.

5.8 A luta contra o analfabetismo continua

No dia 8 de Setembro comemora-se o Dia Internacional da Alfabetização. Cabo Verde continuava, e ainda hoje continua, empenhado nessa batalha no país. Desde a independência que o Governo não deu tréguas ao combate a esse mal social que acaba por ter repercussões em todas as áreas.

⁷¹ Entrevista do Ministro de Educação ao Jornal «Voz Di Povo» em 23 de Outubro de 1976. É que nesta época as bolsas de estudo eram directamente geridas pelo Primeiro Ministro, só mais tarde é que passam a ser administradas pelo Ministério de Educação

Logo após o 25 de Abril no período de transição para a independência começou o trabalho de educação dos adultos feito pelos militantes do partido, da Organização das mulheres e dos jovens. É com a independência que a alfabetização de adultos passa a ser um processo organizado sob orientação do Ministério de Educação e cultura a partir mais concretamente de 1976.

Com este objectivo formou-se o conselho de educação extra-curricular como departamento do Ministério.

O Governo continua empenhado na luta de sensibilização da população, de chamar a atenção para essa tarefa essencial, que é a liquidação urgente do analfabetismo e reforçar a mobilização e o empenho de todos aqueles que lutam nessa frente decisiva da reconstrução nacional - os alfabetizados, os alfabetizadores, os responsáveis do sector.

Há um forte empenho do Estado em abrir uma nova fase – de melhor organização e maior dinamismo no combate ao analfabetismo – pois que desde 1974 que o Partido vem travando essa luta para fazer desaparecer para sempre de Cabo Verde esse flagelo.

«...a opção que nos mobiliza no combate contra o analfabetismo é que é uma opção fundamental para a nossa liberdade e prosperidade. Porque, não carece de demonstração que no mundo de hoje, ninguém é verdadeiramente livre se ainda se debate nas trevas do analfabetismo. É que nenhum povo pode construir o seu progresso, arrancar-se das garras do subdesenvolvimento se não conseguir dar aos seus trabalhadores, construtores desse progresso, aptidão que os torna capazes de manejar a escrita e, desta forma elevar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, a sua formação geral e profissional.»⁷²

Essas palavras proferidas pelo Ministro da Educação aquando da comemoração do Dia Internacional da Alfabetização, deixa claro que o Partido tinha a noção do quão importante era reduzir a taxa de analfabetos e vão empenhar-se verdadeiramente, nessa luta.

⁷² Extracto do discurso do Ministro da Educação, Dr. José Araújo, em entrevista concedida ao Jornal Voz DI Povo a 13 de Setembro de 1982

Neste nível a realidade encontrado no período da independência era de, que mais de metade dos cabo-verdianos não sabiam ler nem escrever.⁷³ Assim se explica esse enorme esforço, de uma luta tenaz para mudar esse quadro social herdado.

Muitas batalhas já tinham sido ganhas em 1982. A democratização e universalização do ensino do ensino. Foi instituído a obrigatoriedade do ensino a nível básico. O Estado não poupou sacrifícios para garantir a cada criança cabo-verdiana o seu direito escola. Assim que sete anos volvidos sobre a independência, podia-se afirmar que, sem excepção, salvo devido a negligência dos encarregados de educação, todas as crianças frequentam a escola.

Deste modo, avançou – se com firmeza para o projecto de educação dos adultos. Esse investimento que vinha sendo feito há alguns anos em quase todos os concelhos, com sucessos variáveis, apresentava várias limitações, humanas e materiais, mesmo assim não podia apresentar resultados mais significativos.

O número de círculos de cultura vinha a aumentar no país desde 1979. Nesse ano em análise existiam já um total de 148 frequentados por 2147 alfabetizados. Destes mil conseguiram fazer com êxito o exame de 4ª classe, obtendo assim o diploma que lhes permitia um melhor enquadramento profissional.⁷⁴

Nesta operação o Governo, com o apoio da UNESCO e com a participação efectiva do tão conhecido do povo cabo-verdiano, o eminente pedagogo Paulo Freire, iria realizar um seminário que tinha como principal objectivo a elaboração técnica do Plano de Acção que iria permitir ganhar o desafio de multiplicar anualmente o número de alfabetizados, para que no horizonte de 1990, se pudesse erradicar totalmente o analfabetismo do país.

Em 1985, o então Ministro da Educação e Cultura, Dr. Corsino Tolentino, reconhecia a urgência em debelar esse mal na sociedade cabo-verdiana. No Encontro de Alfabetização com as Empresas, as Organizações de Massas e Sociais o responsável máximo pela Educação no país afirmava que *«não vejo como se pode falar seriamente de desenvolvimento sindical e preparação do cidadão para a defesa dos seus direitos para a*

⁷³ Afirmação feita pelo Ministro da Educação, Dr. José Araújo, por ocasião do Dia Internacional da Alfabetização em 1982

⁷⁴ *Idem*, «Voz Di Povo», 13 de Setembro de 1982

participação no desenvolvimento nacional se não se fornece a esse trabalhador os instrumentos de observação e análise indispensáveis.»⁷⁵

Em todos os textos fundamentais do Partido, quer da Constituição quer do Programa de Governo se retoma a preocupação fundamental da luta contra o analfabetismo, sendo indicado no último Congresso do Partido que essa luta deve prosseguir e intensificar.

Porém, a DEEE – Direcção da Educação Extra Escolar – deparou sempre com vários obstáculos e dificuldades, como a resistência e as objecções criadas pelas empresas em dispensar os trabalhadores para participarem nos círculos de cultura, a inexistência de manuais, a desistência de alguns alfabetizandos, de alfabetizadores voluntários e a falta de transporte para dar cobertura necessária a todas as zonas.

O sistema de círculos de cultura funcionava em zonas de residência e nos locais de trabalho. Em São Vicente, dez anos depois da independência, havia doze círculos de cultura nas zonas residenciais e quinze nos centros de trabalho. Uns funcionavam com orientadores voluntários e outros com professores pagos pelo Ministério. Nos círculos organizados pelas empresas, estas pagavam os alfabetizadores quando não são seus trabalhadores que alfabetizavam e forneciam o material didáctico.

Segundo os dados do coordenador na ilha em 1980 dos 22.954 adultos de São Vicente, 8.845 eram analfabetos sendo 2.606 homens e 6.239 mulheres. A alfabetização realizava-se em duas fases. Segundo as estatísticas entre 1978 e 1985 foram alfabetizados em toda a ilha 1308 indivíduos na primeira fase e 576 na segunda fase.⁷⁶

«A Educação de Adultos é um imperativo político característico de qualquer organização progressista, é um imperativo ético, é um imperativo económico» afirmava o Ministro da Educação.

6- A Política de Situação de Saúde em Cabo Verde

6.1 Análise do Sistema de Saúde

Desde da independência que a Saúde foi sempre uma das principais preocupações do Estado e do Governo. Como se afirma avalia-se o grau de desenvolvimento de um país

⁷⁵ Reflexão feita pelo Ministro aquando do Encontro de Alfabetização com as Empresas, as Organizações de Massas e Sociais que teve lugar a 6 de Março Jornal (Voz Di Povo 13 de Março 1985)

⁷⁶ Segundo o Sr. Manuel Santos, coordenador do Projecto em São Vicente mais de 1/3 da população adulta da ilha era analfabeta em 1980, isso prova que havia ainda muito por fazer e que essa luta não era de fácil resolução tendo em conta que desde 1976 que se vinha empenhando afincadamente nessa luta e o quadro não era muito animador

em grande parte pelo quadro de saúde que apresenta. Neste sector a situação herdada não era muito favorável, principalmente a nível de quadros, de infra-estruturas, bem como de uma política capaz de dar respostas a população principalmente no meio rural.

Ao analisar a situação sanitária do país torna-se evidente que os principais problemas da saúde pública eram:

- A falta de água,
- A situação nutricional
- As doenças infecto-contagiosas e parasitárias
- As deficiências de infra-estrutura de serviços de saúde⁷⁷

A falta de água afectava directa e indirectamente, quer na reduzida produção de alimentos bem como por suas implicações na higiene pessoal e colectiva.

O precário estado de nutrição de amplas camadas da população mais pobre sobretudo nas áreas afectadas pela seca, a alimentação escassa em proteínas e vitaminas provocava um estado de sub ou de má nutrição que impunha tomada de medidas urgentes para debelar essa realidade.

Casos de manifestações de avitaminoses e outras carências alimentares eram registadas em algumas ilhas e em consequência dessa situação a população fica propensa a várias doenças.

As altas taxas de mortalidade infantil e de crianças com menos de cinco anos deviam-se, em larga escala às doenças infecciosas e parasitárias, às doenças respiratórias entre outras. De entre elas destacam-se as enterites seguidas das pneumonias, coqueluche, sarampo, tétano, tuberculose.

A patologia peri-natal que também coincidia para elevação das taxas de mortalidade materno-infantil demonstrava a pouca atenção que tinha sido dado à mulher e às crianças nos períodos mais sensíveis das suas vidas.

⁷⁷ VOZ DI POVO, 24 de Dezembro de 1976, pag.12” *Análise da situação da Saúde em Cabo Verde – Problemas prioritários*”

6.2 O Crescimento Demográfico

Ao analisar os documentos verifica-se dois estrangulamentos nas faixas etárias de 20 a 30 anos e de 45 a 55 perfeitamente explicáveis pela grande crise da década de quarenta, que fez cerca de 30.000 mortos e pela emigração de uma parte da população activa nessa época. (*Anexo 4*)

Segundo os censos efectuados em 1960 e 1970, a população de Cabo Verde aumentou 37,6% o que demonstra um incremento anual constante de 3.2%, sem falar nos movimentos migratórios.⁷⁸

Em Cabo Verde, na década de sessenta, a pirâmide etária se alarga a partir dos quinze anos o que demonstra que houve uma sensível baixa de natalidade na década de sessenta até 1977. O número de mulheres de 0 aos 15 anos foi estimado em 76.200. De dez a quinze os contornos da pirâmide de Cabo Verde se assemelhe a um funil.⁷⁹

De acordo com o Boletim Nacional de Estatística de então, a distribuição da população por ilhas apresentava algumas oscilações. Por exemplo em Santiago em 1960 a população era de 84.344 habitantes; em 1970 129.508; em 1974 139. 107 e no ano seguinte 141. 866.

Concluiu-se que se numa década a população aumentou 40.000 habitantes nos cinco anos que se seguiram esse aumento não atingiu mais de 12.000 pessoas. Outro exemplo é a ilha Brava que na década de sessenta apresentava uma população de 8 539 habitantes em 1970 registou uma descida para 7858.⁸⁰

6.3 A Mortalidade – Uma questão de Saúde Pública

Analisando a evolução das taxas de mortalidade infantil nascidos entre 1962 e 1975 percebe-se que essa taxa era muito elevada Em 1962 atingiu 106/1000 e no ano da independência ainda não se tinha verificado muitas melhorias pois que continuava apresentando valores elevado de 108,9/1000. (*anexo5*)

⁷⁸ Voz Di Povo, 15 de Outubro de 1977, pag Centrais, A nossa opção é para uma medicina Preventiva”

⁷⁹ Ministério de Saúde, *Estratégia Nacional de Saúde, Praia 1976, pag 27*

⁸⁰ Idem, pag. 30, in Boletim do Serviço Nacional de Estatística - 1970/ 1976

Fazendo uma análise comparativa desses dados com os de países no mesmo estágio de desenvolvimento de Cabo, conclui-se que, esse indicador, em Cabo Verde, alertava para uma situação de Saúde Pública bastante preocupante. (*anexo 6*)

Em 1973, países como México e Venezuela apresentavam uma taxa de mortalidade infantil de 51,9 e 54,2 por mil, respectivamente. Esses dados provam que realmente os desafios que o PAIGC tinha pela frente não eram fáceis.

Principais causas da mortalidade em Cabo Verde nesse período eram as doenças diarreicas (enterites) que explicavam cerca de 11,7% do total dos óbitos. Seguiam as pneumonias (7,2), bronquites (2,2), tuberculose e meningite, ambos com um total de 1,8% entre outras infecções (*anexo7*)

Uma outra preocupação de saúde pública em Cabo Verde era o Paludismo. Essa doença epidémica teve uma grande incidência em Cabo Verde com surtos significativos nos meados do século XX.

Com a “Missão para a Erradicação do Paludismo” que iniciou em 1954 a epidemia foi muito bem controlada. No entanto na década de 60, a epidemia recrudescceu, e em 1961 registaram-se novos 2.453 casos, que nos anos subsequentes, até a independência, diminuíram substancialmente.

Em 1979 a doença volta a surgir com certa expressão. Nessa época foram tomadas as medidas necessárias para o combate do surto como o controlo de entrada principalmente nos portos e aeroportos, principalmente de indivíduos chegados de zonas geográficas endémicas, como recolha de sangue para exames e tratamento dos doentes diagnosticados.

Ainda foram feitas campanhas de desinfecção de em várias áreas do país. Agente sanitários especialmente preparados e chefiados pelo Dr. Santa Rita Vieira (Brigada de Erradicação do Paludismo) e apoiados por técnicos especializados do Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa, chefiados pelo ilustre cientista português professor Cambournac.⁸¹

A Cólera também foi outra doença epidémica que em anos de alguma pluviosidade, assolava as ilhas. Em Julho de 1974 ocorreram surtos epidémicos que foram rapidamente debelados com medidas postas em prática como campanhas de educação sanitária e

⁸¹ “A Luta pela Erradicação do Paludismo no País” Voz DI Povo, 18 de Abril de 1979,

vacinação anticolérica, que nessa época ainda se utilizava. Surto mais limitado ocorreu ainda em 1975 e 1976 nalguns pontos do arquipélago.

Convém, realçar que esses surtos epidémicos atingiam, principalmente a ilha de Santiago. A epidemia que aconteceu em finais de 1976 no país cingiu apenas aquela ilha.

Em entrevista ao jornal Voz Di Povo o Ministro da Saúde e Assuntos Sociais referia que não foram registados quaisquer casos nas outras ilhas. A epidemia, que não chegou a atingir índices dramáticos, afectou apenas os concelhos de Santiago como Santa Cruz, Tarrafal e Praia. Segundo as estatísticas o número total de casos foi de 219 tendo-se registado 17 óbitos.⁸²

Apesar da fraca experiência do Governo em gerir tais situações, o Ministério soube responder com eficiência e eficácia a quer a nível preventivo com medidas de vacinação, educação sanitária e saneamento do meio, bem como quer através de medidas curativas.

A Organização Mundial da Saúde teve um papel importante nessa luta mas mais do que isso, essa Organização em parceria com Governo de Cabo Verde, elaborou um projecto visando intensificar a luta contra essa patologia.

6.4 A Política de Saúde do Governo

A Política de Saúde do Governo teve como objectivo formulação de uma Saúde prioritariamente preventiva, intimamente ligada à promoção social das comunidades e assente numa ampla mobilização e participação das populações.

Ao analisar o orçamento do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais de 1976, vê-se claramente que esta era uma área muito privilegiada a qual se vai dar uma atenção muito especial. Num Estado no início da caminhada, realmente o Governo tudo vai fazer melhorar as condições de saúde do povo e por isso vai envolver toda a população nessa luta. (*anexo 8*)

⁸² Em 27 de Novembro de 1976, o Ministro de Saúde, nas páginas Centrais da Imprensa ele faz uma análise da situação da Cólera no país e afirma que “ A situação está quase normalizada”

Sem a consciência de que a Saúde se liga directamente a todos os aspectos da vida de cada comunidade não é possível evitar que, um grande número de crianças nasça para morrer durante o primeiro ano de vida.

É assim que o Ministério de Saúde vai empenhar-se em realizar campanhas de vacinação para prevenir as principais causas da mortalidade infantil no país.

É nessa óptica que vai o Governo lançar a primeira campanha de vacinação contra a tuberculose, doença que durante muito tempo foi considerada uma maldição divina e uma catástrofe a nível de Saúde Pública. Essa campanha que teve lugar em Junho de 1976, não obstante as suas grandes limitações deve ser vista como mais um passo em direcção ao que foi definido pelo Estado como uma aposta na prevenção.

Esta experiência piloto pretendia dar cobertura a todas as 25.955 crianças que frequentavam o ensino primário e uma ampla cobertura dos bairros suburbanos da capital. Em São Vicente a tarefa foi semelhante nas escolas ao mesmo tempo que nas maternidades centrais as vacinações pelo BCG foram intensificadas.⁸³

Para além da saúde que é um direito da sociedade, outra preocupação do Estado era criar uma sociedade onde reinasse a justiça e a fraternidade de modo a eliminar as anomalias sociais. É assim que se deu muita importância ao Sector Social.

O I Encontro Nacional dos Serviços Sociais realizado na Praia, em Agosto de 1976, teve como propósito fazer um balanço crítico do primeiro ano de actividades. Este encontro que contou com a honrosa presença de Primeiro - Ministro, o Comandante Pedro Pires e ainda representantes da República da Guiné-Bissau.

O Encontro que decorreu numa das salas do Liceu Domingos Ramos na Praia foi marcado pela intervenção do Ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais de Cabo Verde, Dr. Manuel Faustino, que considerou o papel e a importância do sector ” *como factor capaz de interpretar determinados aspectos resultantes da própria evolução, do próprio desenvolvimento já iniciado e como departamento com uma nova estrutura capaz de apresentar determinado tipo de soluções, determinados tipos de projectos de resolução de problemas ligados ao desenvolvimento social e económico dos povos*”⁸⁴

⁸³ “Construamos o País com homens e mulheres saudáveis” esse era o desafio do Ministério da Saúde da Campanha de Vacinação através anti-tuberculose – Voz Di Povo 18 de Junho de 1976

⁸⁴ *Jornal Voz Di POVO, 7 de Agosto de 1976 pag. Centrais, “Temos de fazer avançar tudo o que é positivo e combater tudo o que é negativo”, Pedro Pires no Encontro Nacional do Serviço Social*

Partindo da filosofia que saúde deve ser concebida em termos gerais e não apenas como ausência de doença, o Governo pretendia para a concretização da sua política nesta área um conjunto de medidas a saber:

- Aproveitamento e reconversão das estruturas e equipamentos existentes;
- Criação de estruturas que de facto, respondessem às necessidades das comunidades;
- Adequação de quadros à realidade do país / formação;
- Criação de Postos Sanitários (com intervenção preventiva e curativas sob responsabilidade de um enfermeiro)
- Centro de Saúde (com função de coordenação das outras unidades e de consultas externas, sem internamento, excepto em alguns casos concretos sob a responsabilidade de um médico);
- Hospitais centrais para o máximo de 200 camas
- Centro de Protecção Maternal – Infantil
- Centro de Psiquiatria Comunitária

Cabe lembrar que no momento da independência a nível de infra-estruturas a realidade era a seguinte: postos sanitários por 1/5000 habitantes 29, Centro de saúde por 1/20.000 habitantes 8; Hospitais com 200 camas 2.⁸⁵

Nos cinco anos após a independência o Governo fez um grande investimento a nível da saúde a nível nacional. Assim que seis anos volvidos após a independência criados várias infra-estruturas. (*Anexo 9*)

Devendo entender por Unidade Sanitária da Base uma infra-estrutura que funcionava com apenas um enfermeiro que dispunha de um material mínimo apenas uma caixa de primeiros socorros, um manual de agente sanitário de base e ainda alguns medicamentos padronizados. Existia apenas nos meios mais rurais, onde o número de habitantes era muito reduzido, era uma espécie de centro de primeiros socorros.

⁸⁵ Estratégia Nacional de Saúde, Ministério de saúde e Assuntos Sociais, 1976, pag.50

Os casos mais graves deviam dirigir-se aos postos sanitários, onde já havia já melhores condições e pessoal mais qualificado como dois enfermeiros – um responsável e um adjunto –; um auxiliar social; um agente sanitário; um microscopista; uma curiosa e um servente. Nesta unidade em termos materiais havia cinco camas completas, uma “bolsa de parteira”, um manual técnico e ainda medicamentos e equipamentos padronizados.

Os Centros de Saúde seriam unidades que existiriam nas zonas semi-periféricas dos centros urbanos. Ofereceriam outras condições quer em termos de espaço físico quer a nível de pessoal existente. O pessoal já era muito mais qualificado e diversificado. Haveria um médico que era adjuvado por três enfermeiros, uma parteira, um técnico de laboratório. Haveria ainda um dentista, um puericultor, um assistente social, um técnico de farmácia, um agente sanitário, um condutor, quatro serventes. O material e equipamentos disponíveis seriam de vinte camas, radioscopias, gerador de corrente e ainda equipamento de laboratório para exames de sangue, urinas e fezes e uma ambulância.

Nos hospitais com 50 camas haveria um clínico geral, um cirurgião, cinco enfermeiros, um técnico anestesista, um técnico de O.R.L. (oftalmologista), um responsável da lavandaria, um despenseiro/contabilista, um funcionário/ administrativo, um dactilógrafo e ainda mais os outros técnicos que existiam nas unidades de menor capacidade de resposta. Como o nome já diz havia 50 camas completas – 25 para medicina; 15 para cirurgia e 10 para maternidade –; equipamento para medicina, cirurgia e maternidade; Raios X; laboratórios; cozinha; lavandaria; Secretaria; ambulância; medicamentos e materiais de trabalho.

Os hospitais com 200 camas ou hospital de médio porte, havia dois a nível nacional, nos dois maiores centros urbanos do país – Praia e Mindelo. Nessas unidades as condições já seriam de qualidade. Para além dos serviços de clínica geral havia também muitas especialidades como pediatria, ginecologia, cardiologia, odontologia, oftalmologia, entre outras. Teriam um director do hospital, um gestor, um electrotécnico de para raio X, quarenta serventes, dezoito enfermeiros gerais, três enfermeiras - parteiras, três técnicos de laboratórios. O material disponível seria utilizado para os diferentes serviços; duas ambulâncias e um camião.⁸⁶

⁸⁶ *Idem*, pag. 59, 60, 61

Outra preocupação do Governo foi também em relação aos portadores de deficiência mental e que necessitavam de um acompanhamento médico. Neste contexto seria construído o Centro de Psiquiatria Comunitária com grande autonomia.

Funcionaria com três psiquiatras, quatro psicólogos, quatro assistentes sociais, seis enfermeiros psiquiátricos, quinze serventes, quatro terapeutas ocupacionais, um cozinheiro e um ajudante, duas lavadeiras, um responsável de rouparia, uma secretaria, um arquivista, um dactilógrafo e um condutor. O equipamento seria completo e ainda e teria ainda uma viatura própria.

6.5 A Formação e Qualificação de Quadros

Outra medida do Governo para melhoria do Sistema de Saúde em Cabo Verde foi a preocupação com os Recursos Humanos quer a nível de melhor adequação dos quadros já existentes á realidade do país quer na formação de novos quadros para melhor servir a população.

Em 1975 havia em Cabo Verde 13 médicos de clínica geral, 5 especialistas 9, 120 enfermeiros, 1 assistente social, 4 auxiliares de assistentes sociais.⁸⁷ Essa estatística deixava claro do quão grande era o desafio. Porém em 1980 o quadro era já bem mais animador, tendo verificado conquistas consideráveis como por exemplo o número de médicos de clínica geral passou a 27, de especialistas para 31, enfermeiros de 128 passou para 202.

Dr. Rosário, especialista em ginecologia, exercendo medicina no Hospital da Praia em 1975 afirma que as condições de trabalho eram muito difíceis. Os médicos portugueses regressaram, e nacionais eram em número muito reduzido. Segundo ele o espírito era de grande estoicismo por parte de todos. De todo o modo alguns que estavam fazendo a sua formação voltaram para ajudar e dar cobertura. As carências eram de toda a ordem, as

⁸⁷ Embora os jornais apontem para 20 médicos de clínica geral (Voz Di povo 18 de Junho de 1976) o Doutor Irineu Gomes, ex Ministro da Saúde, afirma que existiam apenas 13, sendo 4 em São Vicente, 4 na Praia e os restantes 5 espalhados pelo arquipélago. Havia ilhas em que não havia nenhum médico residente como Maio, São Nicolau e Brava

condições de trabalho eram mínimas. Havia falta de quase tudo principalmente de técnicos.⁸⁸

Outro registo importante que demonstra um certo avanço era em relação aos técnicos de laboratório que de 3 passou para 17, e ajudante de farmácia de 2 ascendeu para 10. Esses números por si só mostravam a determinação do Governo em melhorar o sistema de saúde pois que a formação e capacitação de técnicos era fundamental nessa luta.⁸⁹

Logo em 1975 foram atribuídas bolsas de estudo a estudantes cabo-verdianos financiadas por países amigos e organismos internacionais. Entre 75 e 76 foram atribuídas cerca de mais de 90 bolsas de estudos só no sector da saúde conforme se pode ver pela tabela seguinte (*anexo10*)

No âmbito da formação no exterior Cabo Verde pode sempre contar com a cooperação e ajuda de muitos países como Portugal, Cuba, Brasil, Senegal, União Soviética, Argélia, USA, França entre outros.

Anos após a independência essas relações continuavam sólidas e cada vez mais incrementadas. O tema principal da primeira reunião da Comissão Mista cubano-cabo-verdiana que decorreu de 12 a 18 de Outubro em Havana, foi o incremento da cooperação principalmente nos domínios de saúde pública, educação, transportes, comunicações, agricultura, justiça segurança e diplomacia.

No decorrer dessa reunião Cuba reafirmou uma vez mais a sua determinação em ajudar Cabo Verde nesses domínios, nomeadamente nos capítulos da assistência técnica, formação profissional, concessão de bolsas de estudo e de estágio fornecimento de documentação, entre outros

No que diz respeito a Saúde Pública o governo cubano prontificou-se a completar a sua equipa médica no país e em conceder bolsas para especialização em saúde pública e administração hospitalar.

Numa visita de trabalho do Ministro da Saúde e Assuntos Sociais à Ilha de São Vicente, Outubro de 1976, o camarada Manuel Faustino afirmava que "Foi organizado um curso de enfermagem, que deverá ser aberto, antes do final do próximo ano. Foi ainda tratado o

⁸⁸ Dr. Rosário, é talvez o mais antigo médico a exercer medicina em Cabo Verde. Desde o período colonial que mesmo como militar exercia militar. Ao longo dos anos foi sempre uma mais-valia para a Saúde em Cabo Verde

⁸⁹ Idem, "Saúde em Cabo Verde cinco anos depois", em 5 de Dezembro de 1980, pag Centrais

problema de formação da Agentes Sanitários, esperando para breve a edição de um manual para os mesmos.”

Em 1977 o número de médicos de clínica geral existentes a nível nacional exceptuando os hospitais de médio porte e o centro de psiquiatria era de apenas seis quando a necessidade era de 24. Não existiam cirurgões.

A partir desse ano começam a formação de técnicos nessa área. Em 1977 o número era de dezasseis para clínica geral e 6 para cirurgia. Em 1980 seguem mais dois para formação em clínica geral e um em cirurgia.

Em relação aos enfermeiros e técnicos até 1977, exceptuando os hospitais de médio porte e o centro de psiquiatria comunitária, o número existente de enfermeiros gerais era de apenas seis e agentes de saúde de base sete. Técnicos como enfermeiras - parteiras, anestesistas, dentistas, de laboratório, de radiologia, enfermeiro de ORL (oftalmologia), de farmácia não existiam. A partir de 1977, dá-se início a formação em larga escala de técnicos nas mais diferentes áreas. (*anexo 11*)

No segundo trimestre de 1978 o Ministro de Saúde e Assuntos Sociais no balanço da actividade do seu ministério desde a independência até a presente data diz” *é fazer um acto de justiça reconhecer que se fizeram grandes avanços no domínio da assistência, sem porém descurar que há muitos problemas difíceis ainda por resolver*”.

Outra preocupação do Ministério era em relação a fraca qualificação do pessoal existente mas também a escassez de quadros em muitas áreas. O Ministro afirma” *a falta de pessoal tende a agravar-se*”⁹⁰ esse facto se explicava devido ao facto de cada vez mais os serviços de saúde serem solicitados a prestar assistência a muita gente que antes não tinha consciência dessa necessidade. Os quatrocentos agentes sanitários de base, mais os cursos de enfermagem a funcionar na Praia e no Mindelo, o aumento cada vez maior de médicos de clínica geral e com especialidade não conseguiam dar resposta a demanda da população.

A quantidade de pessoal existente pelo facto de ser pouca originava uma sobrecarga horária que influenciava negativamente na qualidade do serviço prestado. As condições de trabalho não eram muito propícias, principalmente nos hospitais Centrais.

⁹⁰ Saúde e Assuntos Sociais “ Ano de 1978: Reforço da organização – Fraca organização do Pessoal, Voz Di Povo pag. 4

Com o objectivo de tentar debelar o problema de falta de técnicos é que em meados de 1979 Cabo Verde passava a dispor seis dezenas de novos enfermeiros que terminaram a formação nas Escolas de Enfermagem Geral quer na Praia quer no Mindelo.⁹¹

Desenvolvidos com o apoio da Organização Mundial de Saúde, pela cedência de monitores e de material didáctico da UNICEF na atribuição de 20 bolsas de estudo e do Instituto Cabo-verdiano de solidariedade na atribuição de mais 10, estes dois cursos tiveram um carácter muito prático conforme se pode constatar no curriculum dos alunos.

O estágio desses enfermeiros teve lugar ao longo de oito meses em dois períodos diferentes. Na região de Sotavento os alunos da escola frequentavam quatro meses no Hospital da Praia seguindo depois para estruturas diferentes de saúde nas delegacias de outros concelhos do país. Outra metade fazia o percurso inverso de modo que todos fiquem preparados para enfrentar as dificuldades do sector.

Perspectivas surgiram logo de criar um novo curso de enfermagem para os três anos lectivos seguinte que só deveria terminar em 1980/81, todavia essa nova formação se no âmbito de acompanhar o trabalho dos enfermeiros que foram formados nesse ano de modo a repensar o trabalho desenvolvido.

6.6 Protecção Materno-Infantil e Planeamento Familiar

Uma outra medida tomada pelo Governo logo após a independência foi a de criar Centros de protecção materno-infantil com o propósito de dar uma atenção especial as mulheres grávidas, aos recém-nascidos e as crianças nos primeiros anos de vida e ao planeamento familiar.

Em meados de 1976 foi criado o Centro Materno - Infantil da Bela Vista em São Vicente, o primeiro de Cabo Verde. A sua criação foi graças a iniciativa da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Foi financiado por uma Organização Não Governamental sueca, RADDA BARNEN, e sendo mais tarde gerido pelo Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.⁹²

⁹¹ " Mais de 63 enfermeiros-estagiários a serem espalhados por todo o país" Cabo Verde passa a dispor de 200 enfermeiros para 300.000 habitantes, voz DI Povo, 14 de Junho de 1979, pag. 5

⁹² «Terra Nova», Julho de 1978, pag. 4" Acordo de Cooperação entre o MSAS e a Organização Sueca RADDA BARNEM"

Ainda em São Vicente, a 6 de Janeiro de 1977 o Governo efectua a transferência do dispensário de puericultura e enfermaria de pediatria para as novas instalações no ex-telégrafo para satisfação da população que há muito vinha pedindo. Foi mais um passo em frente na melhoria das condições de prestação de serviços médicos e de enfermagem.

As novas instalações reflectiam o interesse do Governo na saúde das crianças. O edifício foi totalmente remodelado e subdividido em duas secções: uma ampla sala de espera com lavabo, sala de pesagens e inscrição das crianças para consulta, consultoria medico e sala de tratamento ainda outra secção destinada a enfermaria de pediatria com quatro salas comportando oito berços cada, amplos corredores cozinha, lavabos, e salas de enfermagem. Faziam parte também do edifício um pátio de recreio destinadas às crianças internadas.

Reduzir os elevados índices de mortalidade do país era um objectivo do Governo e o Ministério e para isso foi feito avultados empreendimentos na construção de centros de protecção da saúde materno-infantil em todas as ilhas do país. O tema das celebrações do Dia Mundial da Saúde em 1979, em Cabo Verde era “ *Saúde da criança, futuro do Mundo* ”⁹³, vê-se que a ideia de Cabral que as crianças são o futuro de nossa terra continuava viva e que portanto era imperativo investir na saúde e na sua educação.

Nos países em desenvolvimento, do qual Cabo Verde fazia parte, a taxa de mortalidade infantil era 10 a 20 vezes superior a à dos países desenvolvidos. Um dos objectivos fixados pela OMS, a médio prazo, era de, no final do século XX reduzir substancialmente a mortalidade infantil no mundo. O propósito da ONU era de alcançar em todos os países uma taxa inferior a 50 mortos por cada 1000 crianças nascidas vivas.

A má nutrição, a precariedade das condições do meio ambiente e de alojamento, a insalubridade e a falta de cuidados de saúde, todos esses factores influenciavam no tempo de vida, no peso na altura das crianças nascidas nos países do Terceiro Mundo.

Na promoção dos cuidados de saúde maternal e infantil, o acento deve ser posto, referia a OMS, nos cuidados primários da saúde, seguida da participação da colectividade para dar o devido destaque para actividades como:

- Promoção do aleitamento materno

⁹³ Face ao drama de milhões de crianças que morrem no mundo, o Dia Mundial da Saúde (7 de Abril de 1979) foi uma ocasião para alertar o mundo para os cuidados da saúde Primaria, pois que as crianças nascidas entre 1979 e 2000 representam mais de 1/3 da população mundial no final do século XX

- Educação nutricional a partir de alimentos locais
- Promoção da realização oral enquanto medida de evitar a morte devido a diarreia
- Sistema de evacuação de dejectos
- Vacinação contra as doenças que mais afectam as crianças

Atendendo que a saúde da criança não se passa apenas pelos cuidados com a parte física mas também, com a saúde psíquica, para comemorar o Dia Internacional da Saúde em Cabo Verde, neste ano, foi realizada uma conferência na capital, subordinada ao tema “ A saúde mental da Criança” proferida pelo Dr. Irineu Gomes, psiquiatra no Hospital Central da Praia.

Em 1980, esse técnico de saúde, Dr. Irineu Gomes, foi nomeado Ministério de Saúde e Assuntos Sociais por decisão com Força de Lei do Presidente da República datada de 2 de Janeiro do ano em curso. O novo titular da pasta da Saúde desempenhava funções de Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação do MSAS.

No acto do empossamento, que decorreu no dia 12 de Janeiro numa cerimonia solene que decorreu no salão da presidência na presença do Presidente da Republica, Sr. Aristides Pereira, ao tomar da palavra o empossado, falou sobre dos problemas específicos da saúde e das causas da morbilidade em Cabo Verde” *a má nutrição, as doenças gastrointestinais, as doenças mentais, e as infecções de vias respiratórias, todas favorecidas pela pobreza, falta de higiene e falta de educação. A isso é preciso acrescentar – se as doenças da mãe, as gestações numerosas e muito próximas com todos os seus efeitos sobre o feto aumentando a patologia da infância.*”⁹⁴

Outro aspecto que fez menção o Ministro é o círculo vicioso entre Saúde e economia que é preciso combater. Essa interligação que nas palavras do novo membro do governo” *saúde de um povo dependendo da sua economia e economia de país dependendo da saúde do povo*” precisa ser resolvida em Cabo Verde, torna-se um dos desafios no novo elenco ministerial.

⁹⁴ “ Dr. Irineu Gomes foi nomeado Ministro de Saúde e Assuntos Sociais” Voz Di Povo, 10 a 17 de Janeiro de 1980. Nesta data o Ministério estava sob a tutela do Primeiro Ministro, conforme informações colhidas junto ao Doutor Irineu Gomes.

6.7 Infra-estruturas de saúde - uma necessidade sempre

Três meses após a tomada de posse do novo ministro, num périplo pelas ilhas para se inteirar da situação sanitária do país, são identificadas situações de muita carência a todos os níveis e urgia a elaboração de um plano de acção para minimizar as lacunas encontradas.

A opinião de que cinco anos passados sobre a Independência, apesar de algum trabalho feito, dos ganhos conseguidos, os desafios continuavam sendo muito grandes, era unânime. Segundo o Dr. Pedro Rosário, ainda nesse período a situação continuava muito difícil e os obstáculos eram enormes, embora houvesse um forte empenho do Governo em minimizar as dificuldades.

Por exemplo nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista e calculava-se que também nas restantes ilhas periféricas a situação continuasse a ser a mesma de cinco anos passados após a independência, ainda o quadro a nível de pessoal era de um medico para toda a população da ilha.

Santo Antão, a segunda em extensão e terceira em população com cerca de 50.000 habitantes dispunha de apenas um médico residente na vila da Ribeira Grande. Os restantes dois concelhos, só tinha postos de enfermaria todos com grandes carências de equipamentos. O único hospital sito em Ribeira Grande carecia de grandes obras de conservação e, segundo o Ministro era insuficiente para as necessidades, era preciso transformar essa unidade num hospital de 50 camas com a maior brevidade possível.

Havia contudo, na ilha várias unidades de base, algumas ainda em construção. Para além de grandes necessidades de recursos humanos para as estruturas existentes também, na área de assuntos sociais registava-se ausência no plano de planeamento familiar, protecção materno-infantil.

Em São Nicolau, verificou a necessidade de instalação de uma unidade de venda da empresa nacional EMPROFAC, responsável pela importação comercialização e produção de medicamentos. Projectos prioritários para a ilha consistem na permanência de um médico na localidade do Tarrafal, onde existe uma estrutura sanitária com alguma

importância bem com a transformação da enfermaria regional na vila de Ribeira Brava onde trabalha o único médico no Centro de Saúde da ilha.⁹⁵

Em São Vicente, o Hospital Baptista de Sousa não reunia condições para o desempenho das suas funções num centro urbano como é a cidade de Mindelo. Porém encontrava-se em fase de acabamento o novo hospital que irá representar um reforço urgente às estruturas sanitárias da ilha. Os dois edifícios funcionariam em complementaridade.

Existia ainda em São Vicente uma estrutura central de PMI-PF (Planeamento Materno-Infantil/ Planeamento Familiar) que desenvolvia as suas actividades em quase todas as ilhas particularmente nas ilhas de Barlavento.

Na capital, o ministro, auscultando os agentes de saúde no terreno, reparou que era urgente tomar medidas em relação ao funcionamento do hospital, Agostinho Neto. Segundo palavras do chefe da saúde” *está praticamente deteriorado*”. As obras de reparações, tiveram o início havia já algum tempo, abrangiam os edifícios de maternidade e ginecologia enfermaria de medicina, pediatria

“E em Cabo Verde pela sua própria condição de arquipélago, a Saúde tem de ser descentralizada, bem como os Assuntos Sociais” está era a opinião Dr. Irineu Gomes.

Uma área sensível do sistema de saúde cabo-verdiano foi sempre a evacuação de doentes para o exterior principalmente para Portugal. Segundo os dados do Ministério, grande parte das evacuações são do forro traumatológico. Por isso a preocupação de se criar um centro de ortopedia. A criação deste centro, bem como um melhor equipamento do serviço de radiologia e também da criação do serviço de electro-cardiologia e estomatologia na Praia, e em São Vicente um serviço central de ginecologia e obstetrícia viria a resolver em parte a evacuação do grande número de mulheres.⁹⁶

A distribuição e conservação de medicamentos foram outro dos pontos de realce pelo ministro. A maioria dos produtos farmacêuticos consumidos em Cabo Verde é importada. Até 1979, essa importação era feita pelas farmácias privadas e estatais. Todavia a irregularidade nos transportes, a inexistência de uma planificação da importação desses produtos, uma procura cada vez maior de produtos farmacêuticos, após a independência e outros constrangimentos de ordem externa contribuíam para uma ruptura frequente no abastecimento do mercado interno.

⁹⁵ *Idem*, 22 de Maio de 1980, pag. 3

⁹⁶ “*Situação, carências e Plano de Acção da saúde e Assuntos Sociais*” Voz Di Povo 22 de Maio de 1980

Para resolver o problema de abastecimento do mercado interno foi recomendado na Assembleia Nacional da Saúde, realizada em São Vicente, que a responsabilidade da importação de medicamentos deveria pertencer, exclusivamente, ao Estado e assim tornava – se mais fácil disciplinar e planificar a saída de divisas que tal operação implica.

Nessa conjuntura foi criada a EMPROFAC - Empresa Pública de Produção e Comercialização de Produtos Farmacêuticos - criada em 1979, com autonomia financeira de gestão, mas sob a tutela do Ministério da Saúde. Toda a importação de medicamentos passa a ser feita através dessa empresa que vai vender medicação à Direcção Geral das Farmácias, a entidade do MSAS que faz a distribuição para os postos sanitários, para todas as estruturas sanitárias, para as direcções regionais e para os hospitais regionais e periféricos.

Apesar de ser uma experiencia nova havia uma grande expectativa depositada no futuro desta empresa, esperando o Governo que estivesse apta para corresponder às necessidades.

Um dos grandes “calcanhares de Aquiles” continuava sendo a questão dos quadros. Segundo dados fornecidos pelo Ministro existiam em Cabo Verde nesse período, os seguintes recursos humanos: 19 médicos nacionais de clínica geral, 4 especialistas nacionais, incluindo o próprio Ministro, 8 clínicos gerais estrangeiros, 26 especialistas estrangeiros, 7 farmacêuticos nacionais e 1 estrangeiro, 1 engenheira química nacional que trabalha no laboratório de produção e controle de medicamentos, 1 engenheiro responsável pelo saneamento do meio, 188 enfermeiros nacionais, 14 estrangeiros, além de outros técnicos que constituíam a equipe que trabalha a nível nacional no sector.⁹⁷

Com efeito, com a média de um médico para onze mil habitantes, bem como de um enfermeiro para cada 1.485 habitantes (mil quatrocentos e oitenta e cinco mil), mostrava-se de forma inequívoca a grande carência que continuava havendo.

Apesar disso no ano em curso apenas dois dos quinze médicos formados em Portugal regressaram ao país. O Governo mostrava – se confiante no regresso dos estudantes cabo-verdianos de medicina em países como Argélia, União Soviética, Cuba, Brasil, Checoslováquia, Jugoslávia entre outros para os anos de 1981/82. Com ajuda e o reforço

⁹⁷ Idem

de médicos cooperantes, três médicos nacionais podiam deslocar-se para o exterior para especialização.

Questionado sobre a questão considerada quase tabu, de criação de num futuro próximo de clínicas privadas no país, ele considera que “ *fazer medicina de colectividade é prevenir, curar e reabilitar, o que significa valorizar o Homem, engrandecer o Povo e consequentemente, a economia do país*” o ministro conclui que “ *a clínica privada não se harmoniza com esse imperativo sociológico* ”⁹⁸

Este foi um aspecto que o Dr. Rosário, ginecologista e obstetra de renome a nível nacional, um dos mais experientes a exercer ainda no Hospital Baptista de Sousa em São Vicente, enfatizou em entrevista concedida a nós e aponta essa limitação como uma medida pouco adequada para o desenvolvimento do sector da Saúde no País.

A Constituição da Republica de 1980 no seu artigo 15º /1 dizia “ *A saúde pública tem por objectivo promover o bem-estar físico e mental das populações e a sua equilibrada inserção no meio sócio- ecológico em que vivem. Ela deve orientar-se para a prevenção e visar a socialização progressiva da medicina e dos sectores médico-medicamentosa.* ”

Como se pode ver a Constituição só veio oficializar a Política de Saúde aplicada em Cabo Verde desde os primeiros dias da Independência. Cumpria-se assim os primeiros cinco anos de governação em Cabo Verde enquanto Estado soberano e o balanço é sem dúvida muito positivo neste sector, embora houvesse muito por fazer.

6.8 Os novos desafios para a Saúde - 1980/85

Entre 1981/1985 novos desafios se levantavam para o executivo cabo-verdiano. O Ministério continuava a lutar contra velhos males como por exemplo o Paludismo que apesar um combate sem trégua não deixa de fustigar o povo das ilhas particularmente de Santiago. De todo o modo entre 1878 e 1980 número de casos decresceu quatro vezes graças a campanha de erradicação decretada pelo Governo e levada a cabo pela Brigada especializada que foi criada em 1978 e desde então vinha agindo numa luta sem tréguas. Com já se disse anteriormente o combate a esta doença começa em 1948 e só se deu por irradiada a doença em 1968.

⁹⁸ *Idem*

Porém em 1973 reapareciam novos casos mas desta vez apenas na ilha de Santiago fazendo algumas dezenas de vítimas até os finais dos anos setenta e princípios de 1980. Nessa missão o Governo contou como sempre com o apoio do Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa. A epidemia atingiu o seu auge em 1978 registando 857 doentes e 13 óbitos.

Novas conquistas foram feitas como por exemplo, foi criada em inícios de 1981, uma nova especialidade no Hospital Central da Praia. Os que sofriam de problemas cardíacos podiam ter um acesso mais rápido e económico com a inauguração do sector de cardiologia.⁹⁹

Um outro projecto de grande relevância foi da criação, num futuro próximo, de um centro de Ortopedia-traumatologia em São Vicente, de modo a garantir um melhor atendimento aos doentes nessa área e reduzir a taxa de evacuações para Portugal. Esse projecto enquadrava na cooperação com a Fundação Calouste Gulbenkian. Esteve em Cabo Verde uma delegação portuguesa, e financiamento de todo equipamento do futuro centro ficava a cargo Fundação portuguesa enquanto que a construção seria feito pelo Governo de Cabo Verde.¹⁰⁰

O Governo delineava grandes desafios para a Saúde em Cabo a médio e longo prazo como:

“Saúde para todos no ano dois mil...”

Esta era o objectivo da Organização Mundial da Saúde, e Cabo Verde estava fortemente empenhado em alcançá-lo no país. O Objectivo da OMS visava assegurar até o fim do século, em todos os países, um nível de Saúde Pública tal que permitisse realizar uma vida produtiva no plano económico e social o que implicava que os governos desenvolvessem sistemas nacionais de saúde, formassem quadros médicos e estendessem na sua totalidade assistência às populações.

«Saúde para todos até o ano 2000» -um dos maiores desafios lançados à África e ao Mundo – no campo da saúde até então, foi o tema de uma palestra que marcou o ponto alto das actividades alusivas ao dia Mundial da Saúde comemorado em Cabo Verde nesse ano.

⁹⁹ «VOZ DI POVO» 12 de Janeiro de 1981, “Cardiologia: Nova especialidade no Hospital Central da Praia”, pag.2

¹⁰⁰ Idem, 7 de Abril de 1981, pag. 2

Esta meta resultou de um encontro que tivera lugar em Ama-Ata no Cazaquistão em 1978, na então União Soviética, em que estiveram presentes todos os Ministros de Saúde do Mundo¹⁰¹. Daí resultou um documento, que foi subscrito por todos os representantes dos países presentes, que delineava as estratégias dos cuidados primários de saúde.

Desde então, a maioria dos países africanos responderam espontânea e entusiasticamente. Segundo um representante da OMS *«esse objectivo não significa de maneira nenhuma que a partir desta data deixarão de existir doenças, enfermidades (...) mas significa apenas que os africanos podem e devem beneficiar de cuidados sócio-sanitários que lhes permitem nascer, crescer, envelhecer e morrer com dignidade»*¹⁰²

No âmbito de trabalhar para a concretização dessa meta da ONU, foi de criar uma parceria entre os Ministérios de Saúde e Educação para se por em prática a política de «Educação para a Saúde e Saúde Escolar. Experiências pilotos foram levadas a cabo pela Delegacia de Saúde da Praia com varias actividades com as crianças em idade escolar, como avaliar a estado nutricional, despistagem de lesões na pele, cárie dentária e implantação de dentes, supervisão de alimentos entre outras.

O balanço das actividades foi muito satisfatório para ambos os ministérios, e criou uma equipa de trabalho permanente de saúde escolar com um programa de trabalho bem definido porém a acção limitava-se apenas ao concelho da Praia, nesta fase inicial.

Para o biénio 82/83, a inauguração do novo hospital central em São Vicente era uma das realizações mais relevantes. Prevista a sua inauguração para o primeiro trimestre de 1983, tanto o Ministério da Saúde como o das Obras Públicas empenharam-se em finalizar os trabalhos de modo de que a ilha pudesse ter uma estrutura hospitalar de acordo com as necessidades da população e que dignificasse a ilha.

Entretanto estava agendada, antes as obras da nova estrutura para os Raios X cujo aparelho já se encontrava em São Vicente. Segundo o Ministro a manutenção do novo hospital e do seu equipamento iria ser a parte mais difícil pelo que o Ministério teria que apostar fortemente na formação de quadros médios e superiores para esse trabalho.

Mas há também outros aspectos de capital importância para a vida do sector. Estava de retorno um grande número de médicos recém-formados bem como a partida de outros

¹⁰¹ Segundo informação colhida junto do Doutor Irineu Gomes, ex Ministro de Saúde que participou desta Conferência representando Cabo Verde

¹⁰² “Saúde para todos no ano dois mil...” Voz Di Povo, 15 de Março de 1980

para especialização. Também a formação de novos enfermeiros. Todas essas conquistas vão permitir melhorias dos serviços prestados à comunidade.

A inauguração do Serviço de Urgência e do Banco de Sangue do Hospital Central da Praia bem como a entrega de novas instalações de radiologia (permitindo a montagem de aparelhos já existentes no país) vão dar um grande impulso ao serviço prestado aos utentes.

A criação de um Serviço Nacional de Farmácia constitui uma prioridade com funções e responsabilidades bem definidas como.

- Legislação e regulação Farmacêutica
- Controlo de qualidade dos principais produtos importados e fabricados
- Criação de um sistema de cobrança de medicamentos
- Evitar a venda ilegal de produtos farmacêuticos por pessoas não autorizadas
- Apoiar a produção local de medicamentos básicos

Em termos de Assuntos Sociais pretende-se organizar em Julho do ano em curso (1982) um encontro com os técnicos no sentido de melhorar a qualidades de vida dos grupos sociais minoritários como velhos, inválidos e doentes crónicos. A Direcção Geral dos Assuntos Sociais vai apresentar ao Ministério o projecto do Centro Juvenil do Mindelo, instituição que vai fundir o Lar «Nho Djunga» e Aldeia Juvenil.

Ainda no quadro das perspectivas para o biénio 1982/83, ficou aprovado o projecto da Educação Sexual em colaboração com o Minsitério de Educação e Cultura, que deveria ser lançado até o final do primeiro ano do biénio. Um dos objectivos principais desse projecto é de contribuir para a formação integral e harmoniosa da criança e do adolescente, ajudando-o a desenvolver atitudes sexuais sadias.¹⁰³

A situação sanitária do mais importante centro urbano do país, consequentemente de um dos maiores centros hospitalares do país, através de uma entrevista concedida pelo Dr. Henrique Vera-Cruz, Director do Hospital Agostinho Neto pode registar que as melhorias estão visíveis a vista desarmada. No início do ano havia pessoas a dormirem na rua do

¹⁰³ “A situação Sócio -sanitária – Educação para a Saúde e saúde escolar”» *Voz Di Povo*» 3 de Julho de 1982

hospital para conseguir uma consulta mas no ultimo trimestre do mesmo ano - 1982- está situação já foi resolvida. Não há mais fila de pessoas esperando nas consultas.

Uma média de duzentas consultas feitas diariamente no hospital, em sete gabinetes médicos de clínica geral. No domínio de especialidade são feitas cento e cinco consultas diárias, exceptuando a cirurgia que tem uma consulta semanal de 30 pacientes. De acordo com os dados apresentados pelo Director os números estão a aumentar diariamente. Em Março do ano de 1982 registaram-se duas mil e quatrocentas e quarenta e quatro consultas, enquanto que, em Julho do mesmo ano foram realizadas sete mil e seiscentas e seis. Esses dados mostram que a população cada vez mais procurava os serviços de saúde, e um indicador que havia mais consciência da relação entre saúde e qualidade de vida.

«Treze médicos de clínica geral, três pediatras e oito especialistas, totalizando vinte e quatro médicos que exercem no Hospital estando para breve a entrada de mais três quadros nacionais» afirmou o Dr. Vera-Cruz. Uma questão premente é o funcionamento do sector de radiologia. Apesar dos equipamentos se encontrarem já no hospital não há um espaço adequado onde possam ser instalados. Estão obras em curso para a construção de três consultórios de modo a transferir aqueles que ocupam o espaço destinado a radiologia, cuja transferência está prevista para o fim do ano de 1983.¹⁰⁴

A construção de uma pequena central eléctrica de emergência, onde será instalado um posto de transformação de energia. Outro departamento importante é a farmácia do Estado a qual compete assegurar a manutenção do estoque dos medicamentos e outros produtos considerados básicos de forma a responder as necessidades da maioria da população mais carência que não dispõe de recursos financeiros. A farmácia gasta, mensalmente, em média, 320 contos com receitas gratuitas.

No encontro nacional de Delegados de Saúde que teve lugar na capital de 18 a 23 de Março de 1985, foram delineadas as premissas que iriam nortear, no tocante aos cuidados primários de saúde e a racionalização dos recursos. *O sistema de saúde deve estar em condições de oferecer à demanda do público, uma resposta activa, global e exhaustiva, aberta e culturalmente aceitável.*

¹⁰⁴ “ Neste momento: dormir na rua do Hospital da Praia não é verdade” afirmação do Dr. Vera Cruz em entrevista ao *Jornal Voz Di Povo* em 18 de Outubro de 1982

O programa do governo para o quinquénio 1981/85 previa a promoção dos cuidados primários de saúde, a coordenação das actividades de saúde pública e o funcionamento efectivo das estruturas periféricas muito embora esta tenha sido a opção do governo quer em termos de actividades e dos programas de saúde desde 1976.

Não obstante as vitórias alcançadas a situação sanitária do país ainda reconhece elevadas taxas de mortalidade por doenças derivadas da contaminação da água e do meio, doenças nutricionais, doenças mentais e gravidezes não espaçadas.

A problemática pode ser aperfeiçoada através de um sistema de informação sanitária e com a implementação de um conjunto de programas de cuidados primários como por exemplo a luta contra doenças diarreicas, nutrição, educação para a saúde, protecção materno-infantil.

Em Genebra nos trabalhos da Organização Mundial da Saúde (OMS), onde o Ministro de Saúde fez um balanço dos actividades do seu ministério no país, nos últimos dez anos da independência. Em declaração afirmou que Cabo Verde privilegiava a racionalização da gestão dos serviços de saúde, a promoção dos recursos humanos para a formação e a reciclagem de pessoal, o recrutamento da assistência técnica necessária, a capacitação para a produção local da qualidade de medicamentos essenciais e a dinamização de um programa de construção e melhoramento de infra-estruturas sanitárias. Prossequindo nas sua intervenção disse ainda “Cabo Verde dispõe actualmente de 104 médicos, 11 farmacêuticos, e 225 enfermeiros (...) quanto ao nível geral da população, ela evoluiu favoravelmente o que se traduz na redução da taxa de mortalidade infantil.

O orçamento do biénio 86/87 da OMS para Cabo Verde é de um milhão e sessenta e um mil dólares. Este montante, que é superior ao do não transacto, seria gasto em dez projectos que aquela instituição pretende levar a cabo em vários domínios, dos quais se destacam a formação de quadros, o desenvolvimento sanitário, a informação pública e o abastecimento de água e saneamento.

A fim de realizar a política em matéria de saúde, o Governo de Cabo Verde previa entre outras entre outras acções o reforço das infra-estruturas sanitárias, incluindo a formação de quadros especializados. Um dos objectivos para esse biénio era de reduzir ainda mais a taxa de mortalidade infantil, promover a pesquisa e o controlo da natalidade, reduzir a

incidência das diarreias graves e assegurar a imunização, no devido tempo, das crianças de 0 aos 4 anos com tuberculose, sarampo, poliomielite, tosse convulsa, tétano, e difteria.

A informação pública e a educação para a saúde, a vacinação, a promoção da saúde e do desenvolvimento também fazem parte dos programas de cooperação entre a OMS e Cabo Verde durante esse biénio.

7 Conclusões

Foi muito gratificante a realização deste trabalho. Foi um grande aprendizado. Quando começamos a sua elaboração pouco ou quase nada sabíamos sobre esse período da História do País. A hipótese analisada ao longo da tese foi respondida, isto é, foi possível confirmar que nos dez primeiros anos na História de Cabo Verde enquanto Estado, houve progresso, ganhos muito importantes a nível social, a partir dos quais se construiu um firme alicerce.

Ao terminar constatamos que esse período é motivo de orgulho para todos os cabo-verdianos independentemente de, na época, se ter sido a favor ou contra (por motivos muito compreensíveis) à Independência. Fez-se, realmente, a construção de um País, com seriedade, com determinação e com muito espírito de sacrifício não só dos governantes mas de cada cabo-verdiano.

Esta realidade foi confirmada nas entrevistas e nas conversas muito proveitosas que tivemos com pessoas que viveram e trabalharam em Cabo Verde como médicos, professores, técnicos de alguns sectores como pescas, indústrias, justiça, entre outros.

È lugar-comum dizer que Cabo Verde é um exemplo a seguir em África. Apesar de não conhecermos a realidade dos outros países, logo não se podemos fazer análises comparativas, pois que não temos dados científicos, realmente em Cabo Verde fez-se um trabalho digno de muito orgulho de todos os nacionais.

Isto não quer de modo algum dizer, que não se cometeram erros. Acreditamos que sim, hoje a História prova que se podia ter seguido outros caminhos, mais aplanados, em algumas matérias, contudo ao fazer um balanço e pesando o que foi positivo e o que foi negativo conclui-se que o saldo de bastante positivo. Podia-se ter sido feito mais. Mas se se analisar a conjuntura da época, os factores internos e externos que condicionaram todo esse processo de construção, concluímos que se fez o que era possível.

Cabo Verde terá eternamente uma dívida para todos aqueles que aceitaram erguer esse país, de fazê-lo entrar na senda do desenvolvimento. Para isso foi necessário fazer grandes investimentos não só em termos financeiros e materiais mas também na mentalidade do Homem desta Terra, fazê-lo crer que ele era capaz, que a Independência não era uma utopia de alguns mas uma hipótese real.

Era humano acreditar em 1975 que Cabo Verde não tinha condições de caminhar por si. Que devido a falta de recursos naturais no subsolo, a falta de chuva, a insularidade do território, a pequenez do território entre outros factores seria loucura pensar que um país tão reduzido e insignificante poderia almejar ter direito ao ter um lugar de destaque, de ser respeitado na cena internacional.

Mas nesse percurso o Governo nunca esteve sozinho, pôde contar sempre com parceiros que desde a primeira hora se disponibilizaram em ajudar, entre eles destacam-se a Organização das Nações Unidas, e tantos países que desde antes da Independência já vinham ajudando o povo.

Embora a análise tenha incidido principalmente em aspectos sociais como Agricultura, Educação e Saúde – porém há vários outros departamentos, que devido a escassez de tempo e de documentos, tiveram que ser preteridos como Justiça, Relações Exteriores, Transportes e Comunicação entre outros

Uma crítica sempre feita aos Governantes desse período consiste na questão da implementação do mono partidarismo político. Segundo alguns autores que consultamos, a implementação desse sistema constituiu um “assalto a esperança” dos cabo-verdianos mas a ver foi a decisão mais sensata que se podia tomar dentro do contexto da época.

Por um lado, era necessário um tempo para adaptar à nova realidade e concentrar todos os esforços numa causa comum. Por outro, havia muita inexperiência política governativa, mesmo daqueles que assumem as rédeas, pois que muitos eram ainda jovens e por outro lado nunca tinham essa vivência de estar à frente dos destinos de uma Nação.

Também acreditamos que neste período não havia uma sociedade formada capaz de constituir grupos políticos. Essa maturidade viria com o tempo, com aliás veio a acontecer.

Ainda a existência de várias forças políticas implica mais gastos da coisa pública. Entre 1975 e 1985 Cabo Verde não podia dar ao luxo de desviar a sua atenção daquilo que era realmente prioritário e mais importante à Construção do Estado – Social de Cabo Verde

8 Anexos

Anexo 1

LEI SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO - L.O.P.E.

A Assembleia Nacional de Cabo Verde, reunida a 5 de Julho de 1975, na cidade da Praia.

"Tendo em atenção os termos da Proclamação do Estado Soberano de Cabo Verde,

Considerando que se torna necessário "instituir órgãos do poder do Estado e uma orgânica jurídico-política, indispensáveis à governação e administração do país até que seja adoptada a Constituição da República,

No uso dos poderes constituintes que lhe foram confiados pelo Povo, determina:

Artigo 1.º A Soberania do Povo de Cabo Verde é exercida NO interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), que é a força política dirigente na nossa Sociedade.

Art. 2.º — 1. É eleita uma Comissão que será presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional e constituída por mais 6 deputados, a qual é confiada a missão de elaborar e submeter à Assembleia, no prazo de 90 dias, um projecto de Constituição da República de Cabo Verde

2. A Comissão referida no número precedente é mandatada por esta Assembleia para integrar com Comissão congénere a eleger pela Assembleia Nacional Popular da República da Guiné--Bissau, o Conselho da Unidade da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o qual, como proposto na Declaração do Conselho Superior da Luta do P.A.I.G.C., de 25 de Junho de 1975, elaborará um projecto de Constituição da Associação dos dois Estados, a ser submetido às respectivas Assembleias Soberanas.

Art. 3.º Até que iniciem as suas funções os órgãos que vierem a ser instituídos pela Constituição da República, a ser aprovada nos termos da presente Lei, o poder do Estado Soberano de Cabo Verde é exercido por esta Assembleia que passa a denominar-se Assembleia Nacional Popular.

Art. 4.º No exercício do poder soberano do povo, a Assembleia Nacional Popular votará Leis e Resoluções.

Art. 5.º A Assembleia Nacional Popular pode modificar ou anular as medidas adoptadas pelos outros órgãos do Estado. Ela pode constituir comissões de inquérito.

Art. 6.º — 1. A Assembleia Nacional Popular pode, para questões determinadas, delegar poderes legislativos ao Conselho de Ministros.

2. Os diplomas adoptados pelo Conselho de Ministros no exercício desses poderes delegados, são, sem prejuízo da sua eficácia imediata, submetidos à ratificação da Assembleia Nacional Popular na primeira sessão após a sua adopção.

Art. 7.º Salvo em caso de flagrante delito ou de assentimento da Assembleia Nacional Popular, o deputado não pode ser perseguido por questão criminal ou disciplinar, em juízo ou fora dele. Em caso algum, ele pode ser perseguido, detido, preso, julgado ou condenado por causa de opiniões ou de votos emitidos no exercício do seu mandato de deputado.

Art. 8.º É eleito por esta Assembleia um Presidente da República que é o Chefe do Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F.A.R.P.), a quem cabem as seguintes funções:

1. Vigiar pela correcta observância da presente Lei e das restantes Leis da República;
2. Representar o Estado de Cabo Verde nas relações internacionais;
- 3 Concluir acordos e ajustai tratados internacionais, directamente ou por intermédio de representantes;
- 4 Convocar a Assembleia Nacional Popular;
5. Promulgar as Leis;
6. Nomear e demitir os membros do Governo, sob proposta do Primeiro Ministro;
7. Receber as credenciais dos representantes estrangeiros; 8. Nomear e demitir os representantes do Estado no estrangeiro;
9. Amnistiar, perdoar e comutar as penas;
10. Declarar o estado de sítio;
11. Conceder as condecorações do Estado;
12. Todas as demais funções que lhe forem atribuídas pelas Leis e Resoluções da Assembleia Nacional Popular.

Art. 9.º No exercício das suas atribuições o Presidente da República profere Decisões com força de Lei.

Art. 10.º O Presidente da República é responsável perante a Assembleia Nacional Popular.

Art. 11.º O Presidente da República tem o direito de assistir e de presidir às reuniões do Conselho de Ministros, de exigir relatórios dos seus membros e de discutir com eles todas as questões das suas atribuições e competência.

Art.12.º Ao assumir as suas funções o Presidente da Republica prestará, perante o Presidente da Assembleia Nacional Popular, por quem é investido, o seguinte juramento:

«Juro por minha honra, dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função de Presidente da República, com fidelidade total aos objectivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde».

Art. 13.º O Governo é constituído pelo Primeiro Ministro, eleito pela Assembleia Nacional Popular por proposta do Chefe de Estado, e por Ministros e Secretários de Estado nomeados por este, sob proposta do Primeiro Ministro.

Art. 14.º O Governo é responsável perante a Assembleia Nacional Popular e, entre as sessões desta, perante o Chefe de Estado.

Art. 15.º— 1. O Conselho de Ministros interpreta e executa, de maneira criadora, as linhas de acção governativa estabelecidas pela Assembleia Nacional Popular, com vista à realização do programa político, económico, social <• cultural, de defesa e de segurança definido pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

2. O Conselho de Ministros dirige, coordena e controla a actividade dos diversos departamentos governamentais, dos outros serviços centrais e dos órgãos da administração local.

3. O Governo, reunido em Conselho, tem competência executiva plena, que exerce por meio de Decretos e Ordens.

4. No exercício da competência legislativa delegada pela Assembleia Nacional Popular, ao abrigo do disposto no artigo 6.º, o Governo faz Decretos-Leis.

Art. 16.º O Primeiro Ministro é investido nas suas funções pelo Presidente da República, perante quem presta o seguinte juramento:

«Juro por minha honra, dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função de Primeiro Ministro, com fidelidade total aos objectivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde».

Art. 17º A Justiça é feita por um Conselho Nacional de Justiça e pelos Tribunais previstos nas Leis.

Art. 18.º O Conselho Nacional de Justiça é a instância judicial suprema da República. Ele dirige a actividade dos tribunais com base nesta Lei e nas restantes leis da República, e assegura a uniformidade da Jurisprudência.

Art. 19.º A composição, as atribuições e competência do Conselho Nacional de Justiça serão fixadas por Lei.

Art. 20.º No exercício das suas funções o julgador só obedece à Lei e à sua consciência.

2. Só pode participar da composição dos tribunais aquele que tiver provado a sua idoneidade para o exercício da função de julgador com fidelidade às conquistas revolucionárias do povo de Cabo Verde.

Art. 21.º O direito de defesa é garantido ao arguido e ao acusado.

Art. 22.º A legislação portuguesa em vigor nesta data mantém transitoriamente a sua vigência em tudo o que não for contrário à soberania nacional, à presente Lei, às restantes Leis da República e aos princípios e objectivos do P.A.I.G.C.

Art. 23.º Esta lei entra imediatamente em vigor e mantém a sua vigência até à adopção da Constituição da República.

A Assembleia Nacional Popular.

Anexo 2

Fonte: A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde, Ante Projecto do Ministério do Desenvolvimento Rural, pag.7

QUADRO I

ÁREA CULTIVADA (lt) SEGUNDO OS REGIMES DE EXPLORAÇÃO E EM REGADIO E SEQUEIRO

ILHA	C. P.	% Total	A	% Total	P	% Total	A + P	% Total	Regadio	% Total	Sequeiro	% Total	Totais Área cult.
Santiago	60 169	28	109 693	50	47 278	22	156 971	72	7 298	3	215 821	97	223 119
St. Antão	32 927	56	620	1	24 049	43	25 569	44	8 256	14	50 240	86	58 496
S. Nicolau	10 430	61	37	0	6 515	39	6 552	37	539	3	16 443	97	16 982
Fogo	27 438	51	1 533	3	25 263	46	26 796	49	0	0	54 234	100	54 234
Brava	2 862	60	532	11	1 396	29	1 928	40	234	5	4 556	95	4 790

Fonte: Gabinete de Inquéritos Rurais, MDR, 78/79

S. Tiago

A área total conta a das Empresas Estatais e da Ribeira Seca

As percentagens de CP, A, P e A+P, são em relação à área cultivada total menos a área cultivada pelo Estado e a área da Ribeira Seca

NOTA: A última coluna corresponde às áreas totais inquiridas

Anexo 3

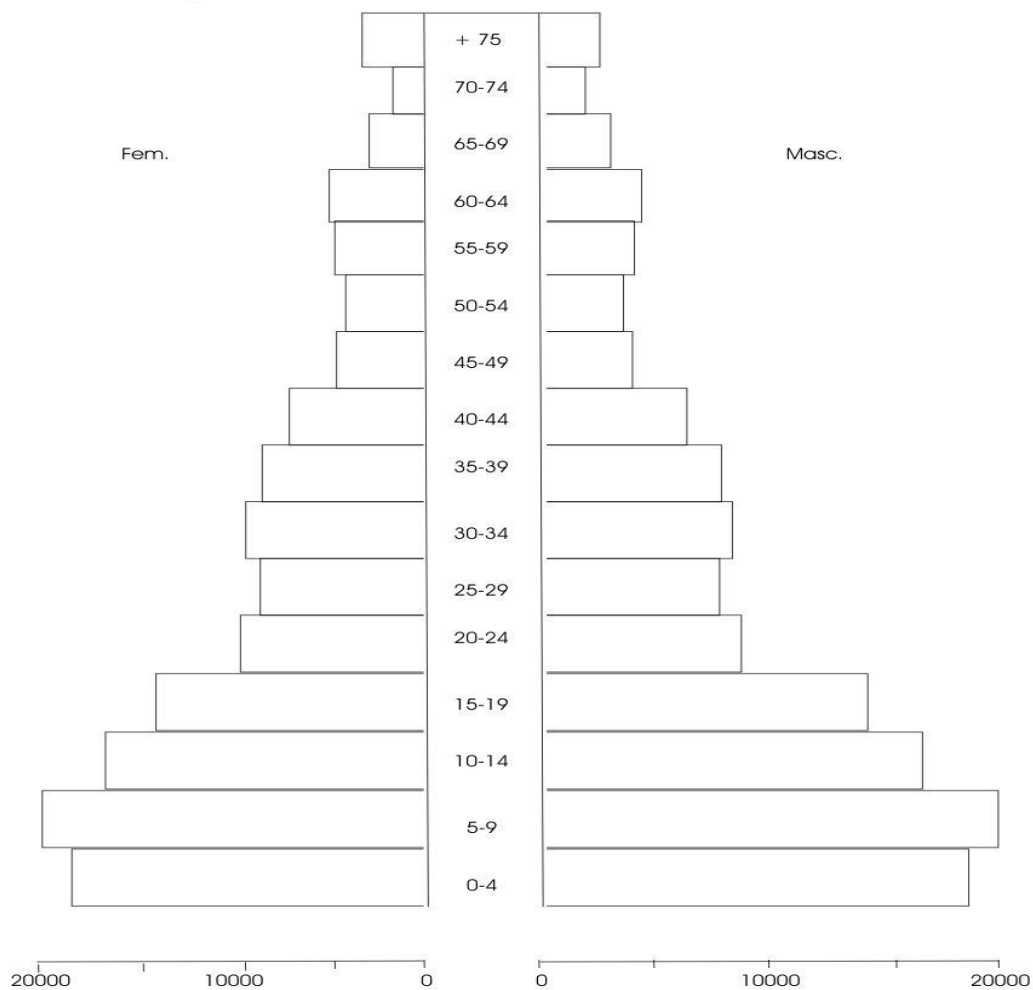
O Subsistema Escolar em 1984/85

Ensino	Via	Alunos	Alunos	Escolas
Básico	Secundário	41 232	1 450	436
	Complementar	8 972	272	15
Secundário	Liceal	4 135	135	3
	Técnico	671	46	1
Formação C.P.		60	12	1
C.F.P.-B e C.		9		
C.F.P.- E.S.		40		1

Fonte: Fundo de Desenvolvimento Nacional
Cabo Verde - Dez anos de Desenvolvimento pag 204

Anexo 4

Distribuição etária segundo censo de 1970



Fonte: Estratégia Nacional de Saúde, Praia, 1976, pag 26

		Anexo 5			

Evolução das taxas de mortalidade infantil, por 1000 nados-vivos	
--	--

De 1962 a 1975				
----------------	--	--	--	--

Mortalidade			Mortalidade		
Ano	Infantil	Ano	Infantil	Ano	Infantil
1962	106,1	1967	99,9	1972	90,9
1963	109,7	1968	91,7	1973	110,6
1964	85,3	1969	123,1	1974	78,9
1965	76,7	1970	95	1975	103,9
1966	83,6	1971	130,9		

Fonte: Estratégia Nacional de Saúde – Praia 1976,pag.42

		Anexo6			

<p>Comparação das Taxas de natalidade, mortalidade, crescimento natural e mortalidade infantil com vários outros países e</p>	
--	--

Países	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural	Taxa de Mortalidade infantil
Cabo Verde	29,2	12,2	17	110,6
México	47,5	8,5	39,1	51,9
Venezuela	36,2	6,8	29,4	54,2
Cuba	25,4	5,8	19,6	27,5
Japão	19,4	6,6	12,8	11,5
Canadá	15,5	7,4	8,1	15,5
Estados Unidos	15	9,4	6,5	17,6
Suécia	13,5	10,5	3	9,9

Fonte: Idem, pag.43				
---------------------	--	--	--	--

	Anexo7			
Principais causas de mortalidade devidas a infecções no período 1971 a 1975				
	CAUSAS DE MORTE	Nº de Casos	Nº total de	
			óbitos	
Enterites e outras doenças diarreicas...		1. 619	11,7	
Pneumonias		990	7,2	
Bronquites		302	2,2	
Tuberculose		252	1,8	
Meningite Meningocócica		247	1,8	
Desinteria Bacilar e Ambáse		167	1,2	
Gripe		147	1,1	
Sarampo		86	0,6	
Coqueluche		62	0,4	
Difteria		30	0,2	
Febre Tifóide, Paratifóide e outras salmoneloses		23	0,2	
	TOTAL	3925	28,4	
Fonte:Idem, pag.45				

			Anexo 8									
Orçamento para o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais para 1976												
	FUNCIONAMENTO											
	Pessoal		Material	TOTAL	Investimento	Total Geral						
Gabinete do Ministro	593.200\$		307.000\$	900.200\$	50.000\$	950.200\$						
Gabinete de Estudos e planificação	44.400\$		20.000\$	64.400\$		64.400\$						
Direcção Nacional de Saúde			a)									
	32.305.000\$		11.403.000\$	43.708.000\$	100.000\$	43.808.000\$						
Direcção Nacional de Assuntos Sociais												
	3.690.760\$		954.000\$	4.644.760\$		4.644.760\$						
Ajudas(b)			4.000.000\$	4.000.000\$		4.000.000\$						
Total	36.633.360\$		16.684.000\$	53.317.360\$	150.000\$	53.467.360\$						
a) Inclui 2.000.000\$ para alimentação												
b) Auxilio Social												
Fonte: Idem, 39												
			Anexo 9									
Nº de formações indispensáveis para assegurar a cobertura sanitária do país de acordo com as normas definidas.												
	Existente	1977		1978		1979		1980		1981		Total a construir
	Em 1976	N	AC	N	AC	N	AC	N	AC	N	AC	em 5 anos
Unidade Sanitária de base												
1/1000 habitante	0	312	312	318	6	324	6	331	7	338	7	338
Posto Sanitário 1/1500 hab. ...												
	29			64	2	65	1	66	1	68	2	39
Centro de Saúde 1/20.000												
Habitantes	8	16	8	16	0	16	0	17		17	0	9
Hospital de 50 camas												
1/50.000 hab. ...	0	6	6	6	0	6	0	7		7	0	7
Hospital de 200 camas ...												
	2	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	0
Nota: N – Nº de unidades necessárias												
NC – Nº de unidades a construir												
Fonte: Idem, pag 55												

[illegible]

Guião das Entrevistas

I - Questionário sobre a Lei da Reforma Agrária

- 1ª - A lei da Reforma Agrária era necessária em Cabo Verde?
- 2ª - Que análise faz da lei que foi aprovada em Maio de 1982 na ANP?
- 3ª – Como explica toda a polémica que houve em torno desta lei?
- 4ª – Considera que houve alguma precipitação na sua implementação?
- 5ª - Que relação estabelece entre as leis de Reforma agrária dos países socialistas com a Lei criada em Cabo Verde?
- 6ª - Excepto Santo Antão nas outras ilhas a lei não provoca muitas reacções. Que leitura faz desta situação?
- 7ª – Foi feito, antes da aplicação da lei, algum estudo sociológico ou antropológico, em a nível das relações de produção?

II – Questionário sobre Política da Educação

- 1ª – Como estava estruturada a educação em Cabo Verde no período da Independência?
- 2ª – Quais eram os principais entraves que existiam em termos de conteúdos?
- 3ª - Em termos de infra-estruturas as condições satisfaziam as necessidades?
- 4ª – Depois da independência com foi equacionado o problema da falta de professores?
- 5ª – Acredita que Cabo Verde esteve a altura de responder com nível e competência todos os obstáculos que surgiram nesse sector?
- 6ª - Fazendo uma análise comparativa entre o nível de ensino antes e depois da independência que conclusões se pode chegar?

III – Questionário sobre a Política de Saúde

1ª – Poderia caracterizar em termos gerais a situação de Saúde em Cabo Verde no período de transição para a Independência?

2ª – A nível de recursos humanos qual era a realidade?

3ª – Como vão sendo resolvidas as necessidades mais prioritárias?

4ª – Havia alguma política a nível dos Assuntos Sociais antes de 1975?

5ª - Quais vão ser os principais parceiros de Cabo Verde neste sector?

6ª - Fazendo uma comparação entre o que Cabo Verde era em 1975 e o que se conseguiu em 1985, que conclusões se pode chegar?

7ª – Como eram as condições de trabalho dos técnicos de saúde nas diferentes ilhas?

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE Elisa, As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975), L'Harmattan, 1996

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR, CONSTITUIÇÃO, Aprovada na IX Sessão Legislativa da Primeira Legislatura, Praia, 5 de Setembro de 1980

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR, Lei da Organização Política do Estado, Praia – LOPE - Praia, 1975

BRITO-SEMEDO, Manuel, A Construção da Identidade Nacional, Análise da Imprensa entre 1877/1975, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2006

CABO VERDE Islands, Photos, Michel Renaudeau, editions Delroise,

CABO VERDE, Dez Anos de Desenvolvimento, Fundo de Desenvolvimento Nacional, Editions Delroise, Fotos Christian Bossu- Picat

CARDOSO Humberto, O Partido Único em Cabo Verde, Um Assalto à Esperança, Imprensa Nacional de Cabo Verde, Praia, 1993

CARREIRA A. Cabo Verde, Formação e Extinção de uma sociedade Escravocrata (1460-1878), Instituto de Promoção Cultural, Praia, 2000

CARREIRA, A., Migrações nas Ilhas de Cabo Verde, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia, 1983

CARREIRA António, Cabo Verde (Aspectos Sociais: Secas e Fomes do Século XX), Ulmeiro, Lisboa, 1984

DUARTE Abílio, Sobre a Situação nas Ilhas De Cabo Verde, Os serviços de Informação de PAIGC, 1974

ECO Umberto, Como se faz uma tese em Ciências Humanas, Editorial Presença, Lisboa, 1997

FURTADO Cláudio, A transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança – Santiago, Cabo Verde, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia, 1993

GOMES Irineu, A Política de Descentralização dos Serviços de Saúde em Cabo Verde: 1975/2000,

MARTINS, Ovídio, Independência, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia, Dezembro, 1983

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, Lei Orgânica do Ultramar Português, Agencia Geral do Ultramar, Lisboa, 1967

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, Estatuto Político-administrativo da Província de Cabo Verde, Agencia Geral do Ultramar, Lisboa, 1972

MONTEIRO, César Augusto, Recomposição do Espaço Social Cabo-Verdiano, Gráfica do Mindelo (1978) (Monteiro 2001), Lda., Dezembro de 2001

OLIVEIRA, João Nobre de, A Imprensa Cabo-Verdiana – 1820 – 1975, Fundação Macau, Direcção dos serviços de Educação e Juventude ,1998

P.A.I.G.C. – Caderno do Deputado, Comissão Nacional de eleições

- Breves Apontamentos sobre os Órgãos do Poder do Estado, nº Três
- Reconstrução Nacional Cinco de realizações, nº Dois, Tomo III
- Reconstrução Nacional, Cinco anos de realizações, nº dois, Tomo IV

P.A.I.G.C. – Estatutos - Aprovado pelo III Congresso do PAIGC – Novembro de 1977

P.A.I.G.C., Programa do Partido, Comissão de Organização, Formação Política e Ideológica

PEREIRA Aristides, Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC.

PEREIRA Aristides, Uma Luta, um Partido, dois Países, Noticias Editorial, Lisboa, 2002

REPÚBLICA DE CABO VERDE - 5 anos de Independência 1975 - 1980, Comissão do V aniversário da Independência Nacional, Praia, 1980

SANTA-RITA VIEIRA, Henrique Lubrano, História da Medicina em Cabo Verde, Instituto cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia, 1987

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO E PLANEAMENTO - Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento -1982/85 (Aprovado pela Lei nº 20/11/83 de 12 de Janeiro) - Vol. I

SILVA João Pereira, A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde, Introdução Ao Ante projecto da Lei de Bases

TOLENTINO André Corsino, Universidade e Transformação Social nos pequenos Estados em Desenvolvimento: o Caso de Cabo Verde, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007

VÁRIOS, Cabral no Cruzamento de Épocas, Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Alfa Comunicações, Praia, Setembro de 2005

IMPREENSA

Jornal VOZ DI POVO – de 1976 a 1985

Jornal TERRA NOVA – de 1975 a 1980

ENTREVISTAS

Realizadas aos seguintes indivíduos que trabalharam em Cabo Verde durante esse periodo como técnicos em diversas áreas sociais

Dr. Germano Almeida – procurador da Republica e mais tarde advogado em São Vicente. Reside em Cabo Verde desde 1976

Eng. Amiro Faria – Presidente da Comissão Administrativa da Congel e Director da Interbase

Doutor Irineu Gomes - Psiquiatra no Hospital Agostinho Neto na Praia e mais tarde Ministro de Saúde de 1980 a 1991

Dr. Valdemiro Martins – Formado em Geografia, professor no Liceu Gil Eanes e Ludgero Lima desde 1972 até inícios dos anos 2000. Presentemente é reformado.

Dr. Pedro Rosário – Ginecologista em vários Hospitais do país desde muito antes da Independência. Actualmente apesar de reformado continua a exercer no Centro de Saúde Reprodutiva em São Vicente, ex PMI PF

Sr. Samuel Lima – professor de posto em Santo Antão durante vários anos; antigo funcionário da EMPA; seminarista no único seminário que teve lugar em Santo Antão sobre a Lei Reforma Agrária que teve lugar em Agosto de 1981; Actualmente é chefe da Secretaria da Escola Secundária Dr. José Augusto Pinto

Dr. Antero Coelho – formado em administração, esteve desde a independência ligado aos movimentos Sindicais. É membro fundador da primeira Central Sindical de Cabo Verde, a UNTC-CS, tendo sido presidente da mesma durante vários anos a partir de 1987.